

LUTA!

Por Deus, Terra e Liberdade, Brasileiro, Luta!

Im. J. J. F. ...



N.º 10

Escreve o Bispo de Maura: Si esses dois homens (Presidente da República e Ministro da Justiça) não são pérfidos, a pérfidia não existe. Não posso deixar de vergastá-los, tendo presente Cristo expulsando os vendilhões do Templo. Aqueles eram vendilhões; êsses, assassinos. O Brasil sabe julgar muito bem o que se passou no Supremo Tribunal Federal,....., sendo um dos juizes o Ministro Barros Barreto, Presidente do Tribunal de Segurança, que não condenou nenhum traidor da Pátria. Que valor tem esse julgamento, perante a opinião pública do Brasil e da Humanidade?

um artigo oportuno do
ex-BISPO DE MAURA

atual — Bispo do Rio de Janeiro

Nesta Revista

Luta!

Diretor-Proprietário
DOM CARLOS DUARTE COSTA
Revista Mensal Ilustrada

ANO IV - Nº. 10
JANEIRO
1950

REDAÇÃO
Rua da Constituição, 10 — sob.
Fone: 22-7368
RIO DE JANEIRO

Assinaturas

Capital Federal	Cr\$ 40,00
Estados	Cr\$ 50,00
Número Avulso	
Capital Federal	Cr\$ 4,00
Estados	Cr\$ 5,00

Nota — A direção não se responsabiliza por artigos assinados.

CORRESPONDENTES

Estado de São Paulo

S. Paulo: Antônio Mellace Netto
Rua 7 de Abril, 264 - 8.º s. 1.820 - Fone:
2-5470.

Santos: Antônio Mellace Netto
Rua 15 de Novembro, 28-3.º - s. 17

Ribeirão Preto: Eugênio R. Bicas
Rua Visconde de Inhauma, 36

Azevedo Marques: Aristides Gameiro.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Montes Claros e Juramento:

Edsn G. Brasileiro

Alfenas:

Pedro José da Fonseca
Caixa Postal, 100

Rio Novo:

José Rodrigues Araujo

Piã: Antonio Marques Godinho.

Av. S. Paulo, 81

Simonésia: Raimundo dos Reis Filho.

S. Lourenço — Caxambú: Austriclino Brandão.

Ubá: Tte. Albano Antônio de Souza
Rua da Harmonia, s/n.

Coronel Pacheco

João Lucas de Miranda

São João Nepomuceno: Antônio Barroso.

Juiz de Fora: José Soares

Av. Garibaldi, 400

Divinópolis: João Vikela Fonseca

Praça do Rosário, 217

Varginha: José Dália

Caixa Postal, 163

ESTADO DE GOIAZ

Goiânia: Agrício Braga

Caixa Postal, 45

ESTADO DE PERNAMBUCO

Recife: Nelson Kerensky

Rua Dr. José Maria, 953 (Tamarineira) —

ESTADO DA PARAÍBA

João Pessoa: Farel Fialho Viana

Caixa Postal, 35

Campina Grande: J. Leite Sobrinho

Rua 15 de Novembro, 76

ESTADO DE SERGIPE

Aracajú: Zózimo Ferreira de Almeida.

ESTADO DO CEARÁ

Fortaleza: Pe. Raimundo Simplício de Almeida.

Rua D. Teresa Cristina, 227.

Joazeiro: Luiz França do Amaral

Rua Salgadinho, 2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Assú: Padre Olinto Ferreira Pinto

Fazenda S. Antônio

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cabo Frio: Farah Elias Farah

Rua Jonas Garcia

Rio Bonito: Cristovão Carvalho.

Macaé: Alcebiades Vieira

Rua Eusébio de Queiroz, 7

Casimiro de Abreu: Odilon Lobo

Carapebús: Octacílio França

ESTADO DE S. CATARINA

Lajes: Dom Antídio José Vargas

Caixa Postal, 93

Rio das Antas: Francisco Alves Cordeiro

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre:

Aly de Souza

Rua Conceição, 436 — Tel. 6947

Caixa Postal, 274.

Rio Grande: Walter S. da Costa

Caixa Postal, 170

Caxias do Sul: Adão Paulo Pinto

Rua Sinimbu, 1188.

A IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA

TEM POR LEMA:

Deus, Terra e Liberdade!

LUTA!

Por Deus, Terra e Liberdade, brasileiro, Luta!

Rebatendo a estultice e a maldade de dois Cardiais

Escreve: † Carlos Duarte Costa,
Bispo do Rio de Janeiro

Este trabalho meu foi juntado ao Mandado de Segurança.

I

Não mistifica — Não confunde

Uma Igreja, como a Igreja Católica Apostólica Brasileira, que nasce em pleno século XX, não pode ter a concepção religiosa medieval da Igreja Católica Apostólica Romana, não visando, por conseguinte, o objetivo de "mistificar e confundir", pelo simples fato de usar rito e vestes, que não são propriedade da Igreja Romana, como provaremos.

Compreendendo que a evolução religiosa de um povo, só pode dar-se, através do progresso científico, a Igreja Brasileira, conserva, no momento, as tradições religiosas nacionais, para que o povo brasileiro, gradualmente, dentro da evolução científica, vá deixando as práticas supersticiosas, para chegar ao verdadeiro e único espírito de catolicidade religiosa, que tem suas bases, não em um altar, não em uma cruz, não em um rito, não em um culto, não em vestes. MAS NA CRENÇA DA EXISTÊNCIA DE DEUS, DE UM PODER, DE UMA FORÇA SUPREMA, CUJO DESÍGNIO É A EVOLUÇÃO DE TUDO PARA SI, DENTRO DA HARMONIA UNIVERSAL, DA QUAL RESULTA A RELIGIÃO DA FRATERNIDADE ENTRE OS HOMENS, que é a prática do "AMAMOS UNS AOS OUTROS" e "NÃO FAÇAIS, NEM DEIXEIS QUE FAÇAM, AO PRÓXIMO, O QUE NÃO QUEREIS QUE VOS FAÇAM", resultando daí o CULTO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA, que é o CULTO DA FRATERNIDADE HUMANA, EVOLUINDO PARA DEUS.

NA AURORA, POIS, DE UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, a Igreja Brasileira, venera, homenageia e adora a divindade, mediante o culto da fraternidade, isto é, O AMOR DO PRÓXIMO, instituindo obras de assistência social, para todas as classes sociais.

II

A língua vernácula

Sendo essa a concepção do culto, que deve prestar à divindade o católico brasileiro, a todos é dado verificar como a Igreja Brasileira se distancia da Igreja Romana.

E, para que não haja mistificação e confusão, a Igreja Brasileira estabelece que todos seus atos

litúrgicos sejam celebrados em língua vernácula, tendo presente o que diz S. Paulo Apóstolo, na primeira epístola aos Coríntios, cap. 14 de 11 a 19, cujas palavras aqui transcrevemos:

"Si eu, pois, não entender o que significam as palavras, serei um bárbaro para aquele a quem falo; e o que fala será um bárbaro para mim. Assim, também, vós, visto que sois desejosos de dons espirituais, procurai abundar neles para edificação da Igreja. E, por isso, o que fala uma língua desconhecida, peça o dom de a interpretar. Porque si eu orar numa língua desconhecida, verdade é que o meu espírito ora, mas o meu entendimento fica sem fruto. Que hei-de, pois, fazer? Orarei com o espírito, cantarei, também, com a inteligência. Mas si deres graças somente com o espírito, o que ocupa o lugar do simples povo, como responderá Amén à tua ação de graças, não entendendo o que dizes? Dou graças ao meu Deus, porque falo as línguas que todos vós falais. Mas eu antes quero dizer na Igreja cinco palavras, de modo a ser compreendido para instruir os outros, do que dez mil palavras em língua estranha".

Está, pois, abolida a língua latina nos atos litúrgicos da Igreja Brasileira. E isto é o suficiente, para que haja diferença de rito, pois, como diz Frei Basílio Rower, O.F.M., no seu Dicionário Litúrgico, aprovado pelos Superiores da Ordem e pelo Bispo de Niterói, em 10 de Julho de 1936, "Lingua latina, é a usada no Rito Romano" e seu "emprego... é obrigatório, no Offício divino, na Missa solene para todos que ativamente tomam parte, na Missa rezada, para o sacerdote na administração dos Sacramentos, na bênção com o Santíssimo... nas bênçãos e ritos que se acham no Ritual".

III

Conhecimento do Incognoscível

Como todos os cultos de todas as religiões tendem a levar, conduzir, unir as criaturas ao seu Criador, sendo essa aproximação impossível, sem a prática do amor do próximo e fazendo a Igreja Brasileira, dessa prática, o culto de aproximação dos brasileiros à divindade, dentro dessa concepção, a Igreja Brasileira está unida a todos os cultos e, com todos os cultos, ela é católica, isto é universal. E a Igreja Brasileira une-se a todos os cultos, dentro da fraternidade humana, sem se confundir com nenhum deles, porque considera a religião um conhecimento do incognoscível, intuição direta ou indireta do supra-empírico, não existindo nenhuma diferença entre Brahma e o Deus dos Cristãos.

IV

O Homem-Templo e Altar

Explicada a concepção do culto, do modo de vista da Igreja Brasileira, é necessário que se construa, ao Deus vivo e verdadeiro, um Templo, que outro não é senão o próprio SER HUMANO, adorando a Deus em espírito e em verdade, segundo a máxima evangélica, e correspondendo às delícias divinas de permanecer no meio dos homens, sendo assim, o Homem-Templo e Altar do Ser Divino. E nesse Templo e nesse Altar é imolada, ao Criador, a vítima preciosa das complacências divinas: O HOMEM — SER DIVINO.

V

Templo Material

Além do Templo-Homem, Templo-Ser Humano, a Igreja Brasileira, como, em geral, quasi tôdas as religiões, tem seu Templo Material, tirando sua origem simbólica do Templo de Jerusalém.

Todavia, considerando que todos os lares formam verdadeira delícia na procriação do Ser Humano, reprodução dos sentimentos divinos, a Igreja Brasileira faz de cada casa, de cada lar, um Templo de Deus, onde são celebradas as cerimônias litúrgicas.

Como a natureza canta os louvores do Senhor, na voz harmoniosa de tôdas as criaturas, considera a Igreja Brasileira os campos, as colinas, as praças públicas, verdadeiros Templos, onde na ara da natureza, o Homem eleva suas preces a Deus, em cerimônias litúrgicas, como faziam os povos da antiguidade, mesmo antes da civilização grego-romana.

VI

Templo Social

Tem, ainda, a Igreja Brasileira seu Templo Social. Onde nasce a Igreja Brasileira, nasce com uma Obra Social. Essas Obras Sociais, são aquelas primitivas comunidades cristãs, quando era posto em prática o espírito de fraternidade, vivendo todos por um e um por todos, não existindo, ainda, nessa época, o IMPÉRIO DO VATICANO.

VII

Templo e Altar, Ritos e Vestes

Quem, atentamente, ler Vigouroux e Baez, Manual Bíblico ou Curso de Escritura Sagrada, para uso dos Seminários Romanos, verificará quão insensato foi o parecer do Consultor Jurídico da República, Dr. Haroldo Teixeira Valladão. Veja-se o volume primeiro — Impressão da Livraria S. Pier d'Areia — Edição de 1901, com aprovação dos Cardia's Parocchi, Vigário Geral do Papa Leão XIII, e Sarto, sucessor de Leão XIII, com o nome de Pio X, e do erudito Mensenhor Carini, Prefeito da Biblioteca Apostólica Vaticana e Presidente da Sociedade Romana, para os estudos bíblicos, no Capítulo VIII, sobre a legislação Mosáica. O espírito desapassionado verá que a atual liturgia romana, com o culto, rito e vestes, tira sua origem do Livro do Êxodo, cap. 28. Da "Bíblia Sagrada", traduzida em português segundo a "Vulgata Latina", por Antônio Pereira de Figueiredo, e aprovada pelo Arcebispo Metropolitano da Baía e Primaz do Brasil, Dom Manuel Inácio da Silveira, em 6 de Junho de 1863, reproduzimos as ordenações dadas, por Deus,

a Arão e seus filhos, sobre os hábitos pontificais e sacerdotais:

1) "Faz, também, chegar a ti Arão, teu irmão, com seus filhos separados do meio dos filhos de Israel, para que eles exercitem diante de mim as funções do sacerdócio: Arão, Nadab, Abiu, Eleazar e Ithamar.

2) E farás uma vestidura santa para Arão, teu irmão, para glória e decoro.

3) E falarás a todos os sábios de coração, a quem eu enchi de espírito de prudência, para que façam vestimentas a Arão, com as quais, santificado, me ministre.

4) As vestiduras, porém, que não de fazer são estas: o racional, o ephod, a túnica, a camisa de linho estreita, a tiara e o cingulo. Farão estas vestiduras santas para Arão, teu irmão, e para seus filhos, para que me sirvam no sacerdócio.

5) E tomarão ouro, jacinto, púrpura, escarlata tinta duas vezes e linho fino.

6) Farão, porém, o ephod de ouro, de jacinto, de púrpura, de escarlata tinta duas vezes, de linho fino retorcido, obra tecida de várias cores.

7) Terá o ephod em cima duas aberturas, uma por cada lado, as quais se tornam a unir.

8) E o mesmo tecido, e toda a variedade dos seus labores, será de ouro, de jacinto, de escarlata tinta duas vezes e de linho fino retorcido.

9) E tomarás, também, duas pedras cornalinas e gravarás nelas os nomes dos filhos de Israel.

10) Seis nomes em uma pedra e os outros seis na outra, segundo a ordem do seu nascimento.

11) De obra de escultor e gravadura de lapidário abrirá nelas os nomes dos filhos de Israel, tendo-as engastado e metido em ouro.

12) E pô-las-ás sobre um e outro lado do ephod, para que sirvam de memória aos filhos de Israel; e Arão levará os seus nomes diante do Senhor sobre um e outro ombro para lembrança.

13) Farás, também, uns ganchos de ouro.

14) E duas pequenas cadeias de ouro o mais puro, travadas entre si, as quais metrás em ganchos.

15) Farás, outrossim, o racional do juízo, que será como o ephod, tecido de ouro, de jacinto, de púrpura, de escarlata tinta duas vezes, de linho fino retorcido.

16) Ele será quebrado e dobrado; terá um palmo tanto de cumprimento como de largura.

17) Porás nele quatro ordens de pedras; na primeira fileira estará a pedra sárdio, o topázio e a esmeralda;

18) Na segunda, o carbúnculo, a safira e os jaspas;

19) Na terceira, a turqueza, a ágata e ametista;

20) Na quarta, o crisólito, a cornalina e o berilo. Elas serão encastoadas em ouro, fileira por fileira;

21) E terão os nomes dos filhos de Israel: doze nomes estarão nela gravados, cada um em sua pedra, conforme a ordem das doze tribus.

22) Farás para o racional duas pequenas cadeias de ouro o mais puro, que se unam entre si;

23) E duas argolinhas de ouro, que porás em cima aos dois lados do racional.

24) E ajuntarás as cadeias de ouro com as argolinhas que estão nos remates dele;

25) E unirás as extremidades das mesmas cadeias com os ganchos nos dois lados do ephod, que corresponde ao racional.

26) Farás, também, duas argolinhas de ouro, que porás no alto do racional, nas orelhas que estão defronte do ephod, pela parte que olham para as suas costas.

27) E farás assim mesmo outras duas argolinhas de ouro que se não de pôr no baixo dos lados

aspersão sobre o altar, o ungiu, e santificou com o óleo todos os seus e a bacia com a sua base;

12) E, derramando o óleo sobre a cabeça do Arão, o ungiu, e consagrou.

13) Também, a seus filhos, que apresentou; os vestiu de túnicas de linho, cingindo-os e pôs-lhes mitras, como o Senhor mandara.

VIII

Puro Plágio

Como vimos, tanto no Êxodo, como no Levítico, estão as vestes episcopais e sacerdotais da Igreja Romana, da Ortodoxa, da Anglicana, dos Velhos Católicos e Ritos Orientais.

Com que direito a Igreja Romana se arvora em proprietária da Bíblia Sagrada?

No paganismo, cada deus tinha seu templo e seu altar. E é do paganismo que a Igreja Romana plagiou seus altares e seus templos, com o rótulo de um Cristianismo de exploração e de um Catolicismo que não é universal. O uso de templos e de altares não foi adotado por todas as religiões, porque algumas acham que isso materializa a divindade, o que sucedeu com a Igreja Romana, caindo na idolatria, passando os povos a adorar as imagens, como é adorado Deus. Na Índia, na época védica, não existiam templos e altares. Existiam numerosos no budhismo. No djanismo e, principalmente, no induismo, os templos e altares sempre constituíram objeto de maravilhosa arquitetura. Os mazdianos não têm imagens, nem templos e nunca representam seus deuses em forma corporal. Usam o fogo sagrado ardendo num altar protegido por um pequeno edifício isolado. Entre os gregos, o altar era levantado ao ar livre, nas alturas, mais tarde, foram construídos templos para protegê-los e preservá-los, a fim de não ser extinto o fogo sagrado.

Em Roma, durante muito tempo, o culto era ao ar livre, nas alturas, nos bosques ou nas cavernas. Os celtas não tinham templos, nem imagens. O sacrifício aos deuses era feito nos bosques. Os escandinavos tinham templos e altares. Os russos tinham seus ídolos, mas não tinham templos, celebrando seus ritos nos bosques. Os hebreus, na época dos patriarcas e algum tempo depois, como os povos nômades, não tinham templos. Supriam a falta com um templo portátil, a Arca Santa, que levavam em todas as suas migrações.

Em todas as religiões, a casa de Deus guardava o que era mais precioso e mais artístico. Nela se multiplicavam, profusamente, os ornamentos, e o templo mesmo era um monumento de beleza. Podemos assinalar os monumentos da Índia, os templos gregos, do México e, também, as catedrais cristãs.

O Ministro da Justiça, proibindo a missa campal, em Ramos, e mandando fechar a Igreja Brasileira, ignora ou finge ignorar todo esse belo passado histórico das religiões, com seus cultos, ritos, templos, altares e vestes, ou então, o que é pior, coloca-se contra a Constituição de 18 de Setembro de 1946, privilegiando a Igreja Romana, esquecido que ele é Ministro de Estado de um governo, que não se pode manifestar favorável a esta ou aquela religião, sem trair o Mandato recebido de eleitores católicos romanos e de diversos credos religiosos que, somados, constituem a maioria da Nação.

As procissões não constituem privilégio da Igreja Romana. Os budhistas já faziam as suas procissões e peregrinações, sendo visitados seus santuários e veneradas as relíquias. No Tibete, por ocasião das peregrinações, eram celebrados dramas religiosos ou misteriosos, seguidos de festas externas. Os muçulmanos faziam suas peregrinações a Meca.

Quão errado, pois, está o parecer do Sr. Dr. Haroldo Teixeira Valladao!

IX

Arquitetura Mexicana

Entre a época do culto ao ar livre e a dos templos, existiu a transição dos templos cavados nas montanhas, sendo o mais célebre o de Ellora.

Existe, ainda, outra transição: do templo-altar. Este constitui arquitetura mexicana. A estrutura era uma pirâmide truncada no vértice, que era a pedra dos sacrifícios.

Constituíam objetos sagrados, usados nesses templos: 1) Água benta e outras coisas bentas; 2) Relíquias dos santos; 3) Objetos com poderes mágicos, amuletos, talismãs; 4) Rosários, escapulários etc.; 5) Imagens dos deuses, dos santos ou estatuas; 6) Tabus, propriamente ditos; 7) Paramentos e alfaias.

X

Falem: Schuster, Guillois e Pio IX

No seu "Liber Sacramentorum", obra de IX volumes, o douto e piedoso Cardinal Schuster, atual Arcebispo de Milão, no volume I, pag. 2, falando sobre liturgia diz: "O âmbito da Liturgia não cede em magnitude a nenhuma outra ciência, porque abraça as primeiras origens da humanidade, suas relações essenciais com o Criador, a Redenção, os Sacramentos, a Graça, a escatologia cristã, em suma, tudo quanto existe de sublime, de esteticamente perfeito, necessário e importante no mundo".

A palavra liturgia a Igreja Romana retirou das palavras gregas *leitos* e *ergon*, que querem dizer pública obra, isto é, ministério público, servindo para designar o complexo dos ritos e cerimônias da missa e dos ofícios divinos, inclusive, a administração dos sacramentos.

O Abade Guillois, na sua Teologia Dogmática e Moral, vol. IV, pag. 13 e seguinte diz: "Nós lemos no Genesis (2.2 e 3) que, tendo Deus criado o mundo, em seis dias, abençoou o sétimo. Destinou, pois, esse dia ao seu culto e certamente, ensinou, aos nossos primeiros pais, o modo como queria que o exercessem. Ora, esse modo de exercer o culto divino público, que o Criador ensinou a Adão e Eva, era uma verdadeira liturgia".

"As Igrejas do Oriente e do Ocidente têm liturgias diferentes. As principais liturgias da Igreja Oriental são: A de Jerusalém, a de Alexandria, a de Antioquia, e as de S. Basílio e de S. João Crisóstomo".

"Em 5 de Janeiro de 1848, em carta aos cristãos do Oriente, diz Pio IX: "Manteremos intactos os vossos ritos particulares, ainda que não estejam conformes, em tudo, ao da Igreja Romana, porque os temos em grande consideração, por causa da sua sua veneranda antiguidade, das línguas em que estão escritos e que são as que usaram os Apóstolos, e da magnificência das suas cerimônias muito próprias para excitar a piedade dos fiéis e inspirar-lhes o respeito devido aos santos mistérios".

"As principais liturgias da Igreja Ocidental são: A Romana, a Ambrosiana, a Galicana, a Mozarábica".

XI

.. Personalidade jurídica da Igreja Romana ..

Com a queda da Monarquia, em 15 de Novembro de 1889, a Igreja Romana perdeu a personali-

dade jurídica, reavendo-a pelo decreto de 7 de Setembro de 1890, do Governo Provisório da República, ficando em igualdade de condições com os demais credos religiosos, existentes no Brasil.

Todos os privilégios que a Igreja Romana tinha, no Brasil, foram todos perdidos, não sendo possível, no momento, qualquer reivindicação, porque a isso se opõem todos os demais cultos, todos os homens de bem, todos os homens de bom senso, numa palavra, o espírito republicano.

A representação diplomática entre o Vaticano e o Brasil, não é representação religiosa, é repre-

sentação de um Império, que é o Império do Vaticano, junto ao governo do Brasil, porque o Brasil não tem religião oficial, nem tolera a exploração de que a Igreja Romana seja a Igreja da maioria dos brasileiros, como nas urnas ficou provado, em S. Paulo e Distrito Federal e, futuramente, ficará provado em todo o Brasil. Venham as eleições e o povo dirá si quer que esse estado de coisas permaneça.

Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1948.

† Carlos Duarte Costa
Bispo do Rio de Janeiro

O PAPA NEGRO

Escreve: Ernesto Mezzabotta

PRIMEIRA PARTE

O Rei Cavaleiro

CAPITULO I

A Confissão de Diana

O Palácio de Brezé, um dos mais antigos edifícios feudais da parte mais velha de Paris, perdera havia muito tempo o esplendor das festas e alegrias, que por um momento o haviam animado.

Quando João de Brezé, grande senescal da Normandia, oferecera a mão de esposa à filha do conde de Saint-Vallier, no palácio ressoara o bulício e a animação das antigas festas; naquelas salas desertas ressurgira uma nova vida, acordando os ecos adormecidos dos festins, por influência duma mulher nova, bela e sociável.

Uma tradição, de que ao diante falaremos, circundava a formosíssima Diana de uma espécie de auréola de grandeza, que tornava mais brilhantes as festas e as reuniões em que Diana era a rainha. Os senhores mais grados da corte reuniam-se nas salas do grande senescal, e se Brezé fôsse ciumento

— defeito que por fortuna d'ele não tinha — decerto teria pensado seriamente nas homenagens que a flor dos cavaleiros franceses tributava à sua jovem esposa.

É certo, também, que Diana, aceitando aquela corte e comprazendo-se com aquele tributo de admiração, não dava à maledicência o mais pequeno motivo para falarem dela. Pelo contrário, mostrava ter pelo marido um afeto tanto mais para admirar e louvar, quanto os cabelos grisalhos do senescal eram mais próprio para inspirar o respeito filial do que o amor das mulheres.

A corte de sua natureza maledicente, procurava explicar aquela virtude, que a ninguém parecia natural; e alguns dos cortesãos, mais maledicentes do que os outros, diziam que, se a formosa Diana fazia tanto alarde do seu amor ao marido, era para vender mais cara a sua complacência para com outro.

Diana soube quem foi que dissera aquelas palavras e não se deu por ofendida; mas naquele coração, que era friamente vingativo e cruel, o nome do homem que a insultara ficou gravado em caracteres indelévels, e Diana jurou a si mesma que, cedo ou tarde, o insolente havia de pagar-lhe a ofensa.

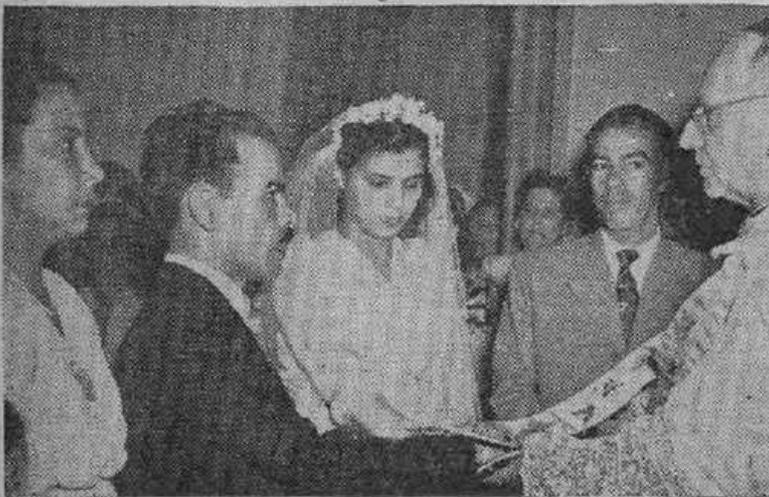
João de Brezé morreu pouco tempo depois de ter casado.

A esposa mostrou a sua dor em públicas manifestações de luto, renunciou aos bailes, às festas e a tudo, e transformou o palácio em uma espécie de convento, onde não tinham entrada senão pessoas sérias, graves, e tementes a Deus.

Daí a pouco, Paris inteira fazia os maiores elogios à gentil senhora, que aliava à piedade e à fé da viuvez a mais liberal beneficência. Sempre vestida de luto, Diana constituía um exemplo para as senhoras da corte, mais dispostas a enganar os maridos vivos do que a conservarem-se fiéis à memória dos mortos.

No palácio, em que agora vamos encontrar Diana, reinava absoluto sossego. A gentil viuva não recebia visitas senão raríssimas vezes, e, na ocasião em que vamos entrar nas suas salas, estava ela conversando com um mancebo, que devia pertencer à mais alta classe social, a avaliar pelo respeito com que o tratava a altiva condessa.

— Ah! monsenhor, — dizia ela — pois não reparais neste luto, que me cobre? Isto mostra que renunciei à vida e às suas pompas; com a minha idade quase que poderia ser vossa mãe... Ah! monsenhor, aos vossos pés curvam-se hoje todas as belezas de Paris; renunciái a despertar um pobre co-



Flagrante da cerimônia religiosa do casamento do Sr. Liberto de Souza com a senhorita Tereza Justo. Na foto, além dos nubentes, aparecem Dom Carlos e os padrinhos: Conselheiro Luiz Agenor de Lemos, do Conselho Fiscal do Instituto dos Industriários, e sua exma. esposa.



Na foto, Dom Antídio José Vargas, Bispo de S. Catarina, em preparativos para a saída da procissão de N. S. Menina, em Lajes, no dia 7 de Setembro de 1949. Assim o heróico bispo, com os seus diocesanos, enfrenta ás tolas ordens do Secretário de Segurança de S. Catarina, proibindo o culto externo da ICAB.

ração, que só deseja consagrar-se à sua salvação eterna.

E Diana ergueu os olhos para o céu com uma expressão tão encantadora, que o mancebo a quem ela se dirigia sentiu-se ainda mais apaixonado.

— Mas vós não quereis compreender-me, Diana! — insistia o jovem com uma espécie de impaciência febril. — Eu desejo o vosso amor, não para o ocultar ou envergonhar-me d'êlo, mas para d'êlo fazer a maior glória da minha vida! Concedei-me o vosso amor, Diana, e na corte de que hei de ser rei vós sereis a rainha!

Nos olhos de Diana brilhou fulgurante e fugaz um lampejo de orgulho. Havia muitos dias que ela esperava ouvir aquelas palavras, que não eram uma promessa vã, pois que aquele que diante de Diana se expandia com ardor tão apaixonado era o segundo personagem do reino, era Henrique de França, filho e herdeiro presuntivo do rei Francisco I, e que depois reinou com o nome de Henrique II.

O príncipe tinha então dezoito anos.

Era um mancebo de altiva e nobre figura, muito mais desenvolvido do que a idade parecia permitir. Em lugar dos traços delicados e moles da juventude adolescente, havia n'êlo o desenvolvimento de formas e a robustez de um homem de trinta anos. A caça e a guerra, os seus dois passatempos prediletos, tinham contribuído para dar aquêle filho dos Valois a aparência rude e semi-servática de um soldado aventureiro.

Como seu pai, também Henrique era de uma estatura de gigante; mas, principalmente diante de uma mulher, o seu olhar era tímido e doce, e nos seus movimentos havia tal ou qual embaraco. Enfim, era o mais belo Hércules, que jamais se deixara prender nos laços de uma Onfale moderna.

Mas, por outro lado, que admirável domadora era aquela, que tinha feito curvar a cabeça d'êste leão!...

Todos os pretas daquela época nos deixaram o retrato da deusa, que por tantos anos brilhou no céu da corte de França. Pintores, escultores, conze-

ladores, como o Primaticcio, como Jean Goujon, como Benevenuto Cellini, idealizaram as formas admiráveis da bela sereia. Ela era realmente a grande cortesã, a mulher que podia desafiar o tempo, e receber, passados os cinqüentas anos, as entusiásticas homenagens com que tinha sido saudada na sua primeira mocidade!...

Diana de Poitiers, condessa de Brezé, orçava então pelos trinta e cinco anos.

Nenhum colorido de artista, a não ser o que saia dos pincéis mágicos de Ticiano, poderia reproduzir a côr de pérola daquela carnacão, onde todavia orçavam os reflexos dourados de um sangue quente e vivo.

Tinha os cabelos castanhos escuros, tão finos e macios, que comparada com êles a sêda pareceria áspera lã. Os olhos negros, grandes, aveludados, profundos, ora pareciam perdidos numa espécie de êxtase celestial, ora relampagueavam clarões de voluptuosidade, capazes de entregar nos braços de Satanáz o mais áustero anacoreta da ordem de S. Francisco.

A condessa trazia um vestido muito simples, todo preto, de luto. Um decote em quadrado sobre o peito deixava entrever a brancura deslumbrante do colo e do seio, que arfava. Das mangas curtas, segundo a moda da época, saíam dos braços admiráveis, que pareceriam de mármore, se não fôsse o azulado das veias, que se desenhavam sob aquêla finíssima pele.

Nenhuma joia nos braços, nem no colo. Na mão direita só um anel, um só, o anel nupcial do defunto senhor de Brezé.

— Monsenhor! — disse a condessa, depois de uma pausa habilmente calculada — o que acabais de prometer-me bastaria para tornar feliz a maior princesa do mundo, quanto mais uma pobre viuva como eu.

— Diana!...

— Deixai-me continuar. Hoje sois príncipe, monsenhor; hoje não dependeis senão de el-rei, vosso pai; amanhã sereis o senhor absoluto. Mas tereis



Na Penha, crianças com a Imagem dos S.S. Cosme e Damião, comemorando a data do aniversário do fechamento da ICAB, no dia 27 de Setembro



saboiando uma expressão de severa majestade, que incutia respeito.

Lefèvre saudou Diana com uma ligeira inclinação quando esta ao entrar se curvou profundamente.

— Perdoai-me, meu padre, — disse a viúva — se não vim tão depressa como desejava; mas uma visita de cerimônia...

— Não foi por causa dessa visita de cerimônia que perdestes tanto tempo, minha filha, — disse o padre, que com um olhar rápido tinha observado o vestido de Diana. — Perdestes também alguns instantes para enganar o vosso pai espiritual.

— Eu! — exclamou Diana, cheia de confusão.

— Sim, vós... receastes que eu achasse demasiado mundano o vestuário com que recebestes o príncipe Henrique, e mudastes de vestido... como se a vista de um sacerdote pudesse ser perturbada pelo que desperta a admiração e os desejos dos outros homens.

Em outra qualquer ocasião a senhora de Benzé ficaria maravilhada por ver que um estranho assim adivinhava os seus mais íntimos pensamentos; mas o padre Lefèvre já por vezes lhe dera tais provas da sua onisciência, que a condessa já de nada se espantava.

Inclinou a fronte, que passado um momento, ergueu.

— Então cometi um pecado? — perguntou ela.

— Pecado? Não; além de que, bem sabeis, minha filha, que nós procedemos com brandura e circunspeção, antes de considerarmos pecaminoso um ato qualquer. Entretanto, tivestes um trabalho inútil, o que é muito para sentir, dada a importância da vossa missão. Mas não falemos mais disso... Viestes para vos confessardes?

— Sim, meu padre — disse Diana. — Preciso de encontrar nas palavras e nos conselhos de Vossa Paternidade um conforto às dúvidas, que me amarguram a vida. Supliquei-vos que fosseis o meu diretor espiritual, porque a vossa fama de piedade, de saber, de austeridade.

— Obrigado, minha filha. A Companhia de Jesús foi instituída há poucos anos, mas o Senhor abençoou os nossos esforços e hoje já dirigimos a consciência dos mais ilustres personagens católicos. De resto, os pecados que tendes confiado ao tribunal da penitência têm sido sempre tão leves, que na verdade, mesmo para um pobre padre ignorante como eu, — e o frade inclinou-se com orgulhosa modéstia, — não é difícil tarefa manter-vos sempre no caminho da salvação.

Diana parecia hesitar.

— Meu padre, — disse ela afinal — tenho de fazer-vos confissão de algumas faltas mais graves; mas primeiro desejava saber... se é certo... como se diz...

— Eu concluo a vossa frase, filha. Desejais saber se é certo, como se diz, que os padres da Companhia de Jesús têm para com os pecadores uma indulgência muito superior à que costumam ter os outros confessores; se é verdade que eles têm os meios de diminuir aos olhos dos pecadores a gravidade das suas faltas, e de os reconciliar com Deus, sem sacrifícios... É isto que desejais saber, minha filha?

— É, meu padre... ou pelo menos alguma coisa parecida.

— Pois bem, ficai então sabendo que esta nossa indulgência, que os descrentes nos censuram como uma culpa gravíssima, é verdadeira.

Diana fez um gesto de espanto.

— Oh! entendamo-nos! — disse com o seu frio sorriso o padre Lefèvre, — nós somos severos como os outros, quando se trata de culpas cometidas com pura maldade e só com a intenção de fazer mal; mas, quando julgamos os pecados, sabemos distinguir o elemento mau da intenção, das circunstâncias e dos impulsos exteriores; e quanto mais fortes são estes, tanto mais benévolos nós somos em perdoar a queda.

— Não vos compreendo bem, meu padre, — disse a jovem viúva, tornando-se pensativa.

— Eu vos apresento um exemplo, — disse o jesuita, envolvendo um olhar perscrutador toda a pessoa da condessa, — Suponhamos que uma jovem, vendo passar um príncipe belo, valoroso, galante, lhe corre ao encontro e se lhe lança aos pés, oferecendo-lhe o corpo; essa tal seria uma mulher perdida, uma cortezá dissoluta, uma condenada às penas eternas, que sofrem os que pecam por luxúria.

— E então?... perguntou Diana em grande ânsia.

— Mas suponhamos que aquele príncipe, tanto mais pronto a irar-se, quanto mais poderoso, tinha resolvido fazer morrer o pai daquela jovem. Suponhamos que ela resgatou, à custa da própria honra, a vida de seu pai, e nesse caso converteu-se ela numa Judite, transformou-se numa heroína.

— Padre! padre! que dizeis! — exclamou a condessa.

— Porventura conhecereis vós alguma mulher, que se achasse nestas circunstâncias?

perguntou com absoluta tranquilidade o padre Lefèvre.

Diana, completamente abatida, deixou pender os braços.

— Eles sabem tudo; — murmurou, — sabem tudo, e eu, como louca, quero competir com eles... Com estes aliados serei tudo, sem eles não serei nada... Oh! é preciso que eu me decida!

— E essas riquezas deverei distribuí-las pelos pobres, não é verdade, meu padre? — perguntou a viúva de Brezé com um acento de amargura, que não escapou à observação sagaz do confessor.

— Ah! tu és avarenta!... disse para si com infinita satisfação o jesuíta. — Pois bem, tanto melhor!... assim estarás segura nas nossas mãos.

Depois, em voz alta:

— Aos pobres!... e donde vos viria tal obrigação, minha filha? A vossa posição exige que vivaís com a conveniente ostentação, e Deus, que criou as desigualdades sociais para maior bem das almas, decerto não veria com bons olhos quem se empenhasse de certo modo em destruir esta sua vontade, reduzindo-se a uma espécie de pobre voluntária. Não, minha filha, vós conservareis as vossas riquezas... e além disso a humilde voz da Companhia de Jesús, que se faz ouvir em toda a parte, repetirá com tanta insistência louvores ao vosso nome, quantas foram as maldições que em tempos passados era costume vociferar contra as favoritas dos reis...

Diana ergueu-se, com os olhos acesos e o vulto altivamente erecto.

— Vamos, padre, — disse ela com alicez e frieza — acabemos com esta singular maneira de tratar, que muito se parece com uma comédia. Então vós, em nome da vossa Ordem, ofereceis-me uma aliança?

— Ofereço, minha filha.

— E garantis-me riquezas, honras, considerações, e o apoio onipotente da vossa Ordem, contanto que eu obrigue o Rei e o delfim a combaterem os hereges do modo mais inexorável que até hoje se tem visto?...

— Tudo isso vos ofereço, e é preciso que saibais o que isso vale.

— Bem sei, e por isso aceito. Precisamente esta noite o rei Francisco deve vir visitar-me...

— Já o sei; deve vir incognito, vestido de simples cavaleiro, e há-de bater três pancadas na pequena porta do jardim. A vossa aia Alison irá abrir...

— Mas vós sabeis tudo!... — exclamou Diana, em quem o espanto cedia o lugar ao terror.

— Não exageremos, minha filha: eu só sei o que me convem saber para utilidade da Companhia, e isso mesmo esqueço-o, logo que essa utilidade cessou. Sei também outra coisa: que amanhã haverá no Louvre reunião do conselho presidida pelo rei, para se deliberar sobre o modo de proceder acerca das novidades importantes da Alemanha e que dizem respeito à religião.

— Também já ouvi falar essa reunião, — disse com certo embaraço a senhora de Brezé.

— Pois bem, eu sei que nessa reunião há alguém que, desconhecendo os verdadeiros interesses do reino, proporá que se tolere a difusão das novas idéias. Esses, que assim pensam, não têm de afirmar que os reformados não tiram a autoridade aos príncipes e que por outro lado a perseguição poderia servir para ir dar mais força aos inovadores, como sempre acontece com as religiões novas.

— Mas parece-me que esse juízo não deixa de ser razoável — disse Diana.

— Engano!... — exclamou o jesuíta, pondo-se de pé — É certo que a perseguição incerta, medrosa, compassiva, redobra a força dos hereges; mas quando a força daquele que fere é tal, que destrói sem remissão todas as resistências, então a perseguição desfaz e estirpa os erros. É ver o que succedeu com os hereges dos primeiros séculos, com os Donatistas, com os Arianistas e com os Albigenses: o trono e a Igreja até a memória de tais heresias destruíram, porque não se perdoou a ninguém, nem aos velhos, nem às mulheres, nem às crianças...

— E se eu não me sentisse com bastante ânimo para aconselhar esses terríveis meios?... — disse a condessa, verdadeiramente aterrada. — E se não pudesse corresponder às esperanças que em mim deposita a Companhia?...

— Minha filha — disse benignamente o jesuíta — Tanto o rei como o delfim são dois príncipes de sentimentos religiosos... e eu sei-o bem, porque escolheram para confessores dois padres da nossa Ordem. Seria muito fácil atemorizá-lo com o pensamento do grande pecado que cometeram, amando ambos a mesma mulher, que já não teria para atenuar o seu grande pecado a desculpa dos interesses da religião.

Diana estremeceu ao ouvir aquela ameaça.

— Meu bom padre, — disse ela com voz sincera, — eu não quero retroceder, hei-de cumprir o nosso tratado, e não será de certo culpa minha se a heresia puder alargar os seus domínios em França; mas sobressalta-me um outro receio: poderei eu resistir sozinha contra o espírito de tolerância que, como há pouco dizíeis, domina no conselho do rei?

— Não sereis só vós a aconselhar o rei a que proceda com energia. Um dos mais considerados conselheiros de Francisco I ha-de sustentar ao lado d'êle essas mesmas idéias.

— E posso saber quem êle é?

— Decerto, visto que deveis proceder de comum acôrdo; é o condestável de Montmorency.

— Essa hárpia! — exclamou Diana, aludindo à reputação de insaciável avidez de que justificadamente gozava aquele famoso general.

O jesuíta examinava com um olhar profundo aquela nova recruta por êle alistada no exército da Igreja. Aquelle grito da avareza assustada pela possibilidade de ter um concorrente, afinal deixou espantado o frade, apesar de êle ter amplos e variados conhecimentos da alma humana.

— Tranquilizai-vos, minha filha, — disse êle afinal. — Por muito repace que seja o senhor de Montmorency, êle sempre há-de deixar ao rei o bastante para recompensar largamente os vossos serviços ao estado. A França é rica, e além disso teremos a confiscação dos bens dos hereges!...

— Ah!... não me lembrei disso... Além de que, meu padre, eu não sou ambiciosa, e contanto que tenha com que sustentar dignamente a minha posição...

— Já vos disse o que pensava a tal respeito. Adeus, minha filha; deixo-vos, levando o coração a transbordar de contentamento, por ver as belas intenções de que estais animada com respeito à eterna salvação da vossa alma.

E o jesuíta ergueu-se para sair.

— Como!... ides-vos embora, meu padre! — exclamou Diana com inimitáveis acentos de humildade. — Partis sem me terdes absolvido dos peccados que confessei.

Desta vez o padre Lefèvre não pôde reprimir um movimento de espanto quase respeitoso. Aquella mulher, que nunca tirava a máscara, aquella hipócrita sublime, que conservava o seu hábito de fingir até na presença do homem, que tão intimamente a conhecia, era na verdade uma mulher forte, digna de ser elevada a um dos mais altos postos da Companhia de Jesús!

— Ajoelhai-vos, filha, — disse o padre.

Diana ajoelhou-se, e Lefèvre, pondo-lhe a mão sobre a cabeça, pronunciou as palavras sacramentais da absolvição. Depois saiu, acompanhado até à porta pela condessa com respeitosa deferência, como uma visita soberana.



De volta da procissão, Dom Antídio aparece, na foto, no meio de uma família da ICAB, no dia 7 de Setembro de 1949.

CAPÍTULO III

Uma vingança feudal

O palácio dos senhores de Montmorency podia justamente chamar-se uma fortaleza, tão grossos eram os seus muros guarnecidos de ameias, tão bastos os seus torreões, tão numerosa a guarnição que se acotovelava nos pátios e nas casernas daquele imenso edifício.

Naquele tempo Paris estava cheia de pequenas fortalezas, onde se acolhiam os mais poderosos fidalgos, desafiando de dentro dos seus muros a cólera real e o furor popular.

É certo que naquele tempo raro se aventuravam os reis a encolerizar-se com os seus feudatários, de cujo auxílio a cada passo precisavam; e quanto ao povo, esse tinha naqueles tempos bem radicadas no coração as idéias de obediência, e foram necessários três séculos de vícios ignóbeis e de culpas sem nome para que o povo esquecesse o tradicional respeito que sempre votara a todos os que lhe estavam superiores.

Então, ainda não tinha nascido Armando Duplessis, duque de Richelieu que, passado século e meio, havia de abater a cabeça da nobreza com o cutelo do carrasco, e fazer curvar a nação inteira aos pés do rei, numa vassalagem única. Naquela época cada senhor feudal era rei no seu palácio e nos seus domínios; os delitos mais graves daqueles altos personagens passavam impunes, a não ser a punição interessasse a algum nobre ainda mais poderoso, ou a algum padre inexorável.

De resto, se então ainda estivesse em vigor a lei que proibia a todos os súbditos terem homens armados ao seu próprio serviço em Paris, nem por isso teria sido outro o aspecto guerreiro do palácio de Montmorency.

Com efeito, o duque usava a espada de condestável do reino de França, o que o constituia chefe de todas as forças armadas, que existiam nos domínios do Rei cristianíssimo. Naquela qualidade, o duque podia requisitar para o seu serviço todos os soldados que havia em França: os coronéis, os mestres de campo, os generais, e até os marechais de França, eram obrigados a obedecer a todas as ordens

do condestável, sob pena de serem acusados do crime de traição militar.

Para exercer o altíssimo cargo de condestável, não bastava ser-se um guerreiro experimentado e valoroso, era também preciso pertencer à primeira nobreza, porque os oficiais, que na sua maior parte pertenciam às primeiras famílias de França, não suportariam com paciência as ordens de um homem que lhes fosse inferior em nobreza e sangue. A nobreza do exército francês, que continuava a ser na sua máxima parte feudal, ainda depois da reforma de Carlos V, o sábio, obrigava o governo a ter em grande conta a opinião da nobreza; e por outro lado Francisco I, que se orgulhava mais da sua qualidade de fidalgo do que mesmo da de rei, nunca se atreveria a violar, em assunto tão importante, os privilégios dos seus barões.

O duque de Montmorency era, pela sua nobreza, o mais nobre entre os barões de França, que não pertenciam à casa real. Um barão da casa do duque fora o primeiro a abraçar o cristianismo, e o chefe da família usava por tal fato o título de *primeiro barão cristão*. Na mais escolhida nobreza era difícil encontrar quem pudesse equiparar-se em nobreza de sangue aos Montmorency; apenas os Guises, príncipes soberanos da Lorena, ou os Courtenay, de cuja família saíram alguns imperadores para Constantinopla, podiam equiparar-se-lhe. De resto, a família dos Montmorency estava aparentada com todas as casas mais ilustres.

O senhor de Montmorency gozava por isso o duplo privilégio de chefe natural da nobreza de França e de generalíssimo de todos os exércitos do rei. Este duplo poder tornava o duque temido dos seus inimigos, e utilíssimo aos seus amigos. Os segundos, porém, eram em número muito restrito: podia até dizer-se que o nobre duque, graças à sua avidez, ao seu orgulho desmesurado e à sua fria crueldade, não tinha sequer um amigo.

Mas, como quer que fosse, era com certeza arriscadíssimo lutar contra aquele poderoso príncipe, que dispunha de todas as forças de Francisco I, e que no seu salão feudal de Montmorency tinha recebido o juramento de vassalagem de muitos centos de barões e fidalgos, muito poderosos nos seus castelos e domínios, mas sujeitos ao padroado do grande feudatário.

E pelo prosseguimento da nossa narrativa ver-se-á a que terríveis consequências se expunha quem ousava desafiar aquela cólera.

O duque estava no seu gabinete, conferenciando com um personagem da mais alta importância, segundo o dizer das gentes do palácio, e na verdade muito importante devia ser o assunto de que se tratava para assim ter ocupado durante mais de duas horas um homem como Montmorency.

Quando, afinal, terminou a conferência, viu-se quem era o considerado personagem: era, nem mais nem menos do que o reverendo padre Lefèvre, da congregação de Jesus.

O grande condestável de França acompanhou o jesuíta até à porta, como se se tratasse do rei ou do príncipe, delfim de França, porque, quanto aos outros príncipes da casa real, o orgulhoso Montmorency considerava-os inferiores a ele.

Logo, porém, que o padre saiu do palácio, — ainda os gentis-homens e servos da casa não estavam refeitos do espanto que lhes causara verem o seu senhor inclinar-se com tanta humildade diante de um simples sacerdote de modesta aparência — o sorriso obsequioso desapareceu dos lábios de Montmorency, e a sua fisionomia retomou a expressão dura e severa, que lhe era habitual.

Um criado, tremendo como todos os que tinham de aproximar-se daquele temido senhor, acudiu ao primeiro sinal de uma campanha nervosamente tocada pelo duque.

— O preboste! — disse o duque, com acento brusco.

Um minuto depois, apresentava-se o preboste, homem de estatura baixa e reforçada, de olhar oblíquo, testa estreita, tendo escritos na fisionomia em caracteres evidentes todos os sentimentos de malvadez e de crueldade. Vestia um saiote de lã escura, calções de pele de búfalo, bota até meio da perna, e trazia à cinta um molho de chaves e uma espada curta ao lado.

Tal era o preboste, conrado o Negro, terror de todos os habitantes dos palácios e feudos do condestável, pois era ele que estava encarregado das execuções secretas do duque, e às vezes também, das suas públicas vinganças como chefe do exército.

Esta segunda parte do cargo de Conrado, era uma verdadeira usurpação, porque só os prebostes militares é que tinham direitos indiscutíveis de executar as sentenças, e além disso, Conrado não tinha o diploma régio de executor das altas justiças, que era o único que lhe podia dar privilégio de fazer execuções em nome do rei na Cruz de Trahoir na praça de Gréve.

Mas o poderoso Montmorency não era homem que se prendesse com semelhantes ninharias; além de que, tinha uma afeição cega e bestial por aquele bandido valente, fiél executor das suas terríveis vontades. Montmorency era homem de tais sentimentos e tendências que, apesar de viver naquele tempo de cruéis perseguições, ainda não estava satisfeito, gostaria mais de viver no tempo dos reis merovingios, na corte daquele Clovis que matava os próprios irmãos e parentes, e que por tais feitos mereceu que a Igreja de Roma o considerasse como um santo.

De resto, o preboste executor era um luxo que os grandes feudatários quase sempre mantinham em seus castelos; mas em Paris raríssimos eram os que tinham, porque era necessário que os senhores fossem da mais alta nobreza e de grandíssimo poder para ousarem fazer executar quase à vista dos reis, das cortes judiciárias e do Parlamento. Montmorency era um desses poucos. Apesar de tudo, o preboste tinha dele o mesmo medo que todos os outros servos e oficiais!

— Conrado — disse o duque, adoçando um pouco para com este seu favorito a brusca aspereza da sua voz — Conrado, foste ver o preso?

— Fiz o que o senhor me ordenou — respondeu o preboste.

— E então... que faz êle?

— O costume: implora, geme, diz blasfêmias e pede a Deus que faça cair tôda a casta de desgraças sobre a cabeça de Vossa Senhoria...

— Poneo me importa isso — murmurou o duque, encolhendo os ombros. — A maior desgraça que me poderia suceder era êle fugir... e dessa, graças ao céu, garantido estou pela segurança da sua prisão.

— Com certeza — respondeu o preboste, com um sorriso selvagem — que, a não ser que êle se transformasse em ar, não sei como havia de escapar-se... A alma dele decerto sairá dali; mas o corpo, êsse aposto eu que não.

O condestável sorriu àquela observação do preboste; a outro qualquer, que se atrevesse a falar-lhe com tanta confiança, decerto o teria castigado sem piedade.

— E... cumpreste as minhas instruções, quanto ao resto? — disse o duque em voz baixa.

— Decerto! Vossa Senhoria bem sabe que seria mais fácil deixar-me estolar do que desobedecer às suas ordens. Deixei cair como por acaso um punhal afiadíssimo na prisão, e pula sobre o banco do cárcere a caixa que Vossa Senhoria me entregou, dizendo ao prisioneiro que lhe não tocasse, porque continha um veneno fulminante.

— E apesar disso, nada?

— Nada. Pois a verdade é que eu, cumprindo as vossas ordens, fiz todo o possível para lhe mostrar que já agora o que êle tem esperar de melhor é ter da fazer uma viagem até o outro mundo, com vontade ou sem ela!

O duque pôs-se a passear agitadamente na sala.

— É uma obstinação incompreensível! — murmurou êle — Qualquer outro homem, em tais circunstâncias, já se teria suicidado dez vezes, em vez de uma. E lembrar-me eu que tantos presos se dão aos maiores trabalhos para conseguirem enforcar-se miseravelmente nas grades da prisão... e que este miserável, a quem nós temos o cuidado de fornecer os meios de fazer uma viagem até o outro mundo sem dor e como um cavalheiro, recusa absolutamente corresponder a esta atenção, satisfazendo os meus desejos...

— Parece-me que a coisa não levará tanto tempo como se pensa — murmurou o preboste — A saúde do preso está muito arruinada; a enxovia em que o metemos decerto não é própria para o curar dos seus sofrimentos, e decerto mais cedo do que se pensa o nosso homem irá naturalmente até o outro mundo.

— Por mais depressa que isso aconteça, para mim será sempre muito tarde, — murmurou o condestável. — Talvez que eu precise de que êle morra dentro de uma hora, talvez...

— E então, — disse o preboste, com um sorriso — porque não me dais ordem para...

E com um gesto completou a frase, que os lábios não ousavam proferir.

— Não posso, Conrado, não posso. O rei, que me deu licença, ao cabo de mil pedidos e ameaças, para fazer prender o meu inimigo, contra o qual inventei a acusação de conspirar contra o Estado, fez-me jurar que não o mataria... Não, não. Conrado, não há outro meio senão induzir o preso a procurar na morte um termo para os seus sofrimentos e, para se obter isso, é necessário que êles se agravem de dia para dia.

— Mas êsse suicídio — disse o preboste, fitando atrevidamente o senhor — êsse suicídio é preciso que seja real? Não poderemos nós dispor

homens, teria comovido e impressionado quem quer que não fosse um Montmorency.

Sobre uma enxerga apodrecida e fétida via-se um misto informe de farrapos, de cadeias, de membros humanos. Do meio daquele horrível amontoado destacavam-se dois olhos brilhantes, que lhe davam o único tom de vida. A pouco e pouco viu-se então ir surgindo da enxerga uma barba branca e hirsuta, um corpo quase nu, magro e chaguento, que se ergueu sobre um braço. Finalmente, o prisioneiro sentou-se no miserável leito, e viu-se então um corpo enfraquecido e magro, e um rosto que devia ter sido belo em outros tempos, mas que, naquele momento, parecia uma caveira.

Gritos medonhos acolheram a entrada dos dois visitantes na prisão. O preso fez até um esforço para se precipitar sobre eles, mas caiu no mesmo instante sobre a enxerga, soltando um gemido. A cadeia, que era muito curta, repuxara-o violentamente para trás.

O preboste soltou uma risada de escárneo.

— Não teime, que quebras os ossos, amigo, — disse o malvaço. — São correntes feitas por mim — sistema especial, que um dia me há-de alcançar de monsenhor o condestável um privilégio de capitação de qualquer coisa.

— Retira-te para trás, miserável! — exclamou o duque de Montmorency — vim aqui para falar com o preso, e não para ouvir as tuas facécias.

O esbirro deu dois passos, recuando cheio de susto e a tremer.

Ao ouvir aquela nova voz, o prisioneiro voltou-se para o lugar donde ela vinha, e descobriu o duque.

— O duque! — murmurou êle, com acento de suprema angústia — Oh! meu Deus! meu Deus! meu Deus!

— Sim, o duque — disse Montmorency, avançando para êle, com os braços cruzados sobre o peito, e cravando os olhos acesos em ódio no encarcerado. — Sim, o homem cuja amizade traíste, infamando-lhe o nome e seduzindo-lhe a esposa. Olha agora para mim, conde Virgínio de Poix, e diz-me francamente se não achas que a tua situação é pior do que a minha.

— Ele vingá-se... balbuciou o prisioneiro — castiga-me assim... e Deus está por êle, porque êle tem por si a justiça!... Oh! Senhor, então nunca me concederás o vosso perdão?

— Pode ser que êle te conceda o seu, — disse brutalmente o condestável — mas faltar-se-á sempre o meu, e êsse, por Sant'Ana de Auray! é o que te seria mais necessário. Com que então, amigo Virgínio, não se está aqui muito à vontade, não é assim?

— Sofro os tormentos do inferno! — murmurou o preso.

— Eh! eh! entendo... Isto não é a deliciosa alcova do castelo de Damville; esta palha é um pouco menos macia do que o leito nupcial; estas cadeias são menos agradáveis para os pulsos e para as pernas do que o amplexo dos brancos braços de Juliana, duquesa de Montmorency! Pois meu caro, é preciso a gente acostumar-se; o mundo é assim constituído; cada dia traz consigo mudanças mais extraordinárias.

— Mas, afinal, que pretendes tu de mim? — gritou o preso no auge do desespero — Agora a tua vingança deve estar satisfeita; que mais queres?

— Satisfeita a minha vingança? — exclamou Montmorency, com um riso de hiena — Oh! como

me conheces mal, conde Virgínio!... e contudo, eramos os dois melhores amigos dêste mundo, até o dia em que quiseste trair-me. E em má hora o fizeste, conde de Poix! Oh! se eu te visse nos abismos do inferno, torturado pelos demônios mais insaciáveis, e desesperado com a certeza de que a tua alma sofreria um tormento infundável, só então eu me consolaria.

E ao cabo de pausa pequena:

— E contudo, Virgínio, vim aqui para te propor um meio de salvação.

O preso ergueu-se sobre os joelhos, fitando no seu algoz um olhar de ardente esperança, que se diria que era o olhar luminoso de um louco.

— Queres tu — disse o duque, depois de meditar durante alguns minutos — queres tu trocar êste horrendo cárcere pela paz de um convento?... Queres trocar estas algemas por um hábito de monge, e acabar os teus dias numa vida tranquila e casta, no recolhimento e na oração?

O preso escutava estas palavras, enlevado numa espécie de êxtase.

— Oh Montmorency!... — exclamou êle — se tu me concedesses essa graça, serias o mais generoso dos homens, e eu passaria o resto dos meus dias pedindo ao céu que perdoasse os meus peccados... e os teus...

— Pois bem, isso depende de ti.

— De mim?! Pois podes tu pensar que eu hesitarei, seja qual fôr a condição?

— Assina êste pergaminho, e ainda esta mesma noite verás quebradas as tuas algemas.

O preso lançou a mão ao documento e leu em voz sumida:

“Eu abaixo assinado, Virgínio, conde de Poix, marquês de Neville, senhor de La Ferté, de Dijon e outros domínios, cavaleiro de S. Miguel, declaro à face de Deus e à face dos homens que resolvi retirar-me do mundo e ir terminar a minha vida num claustro. E por isso fiz e faço doação de todos os meus bens, fundos, rendas, títulos e privilégios, ao meu caríssimo sobrinho Henrique, duque de Damville, filho de monsenhor o duque de Montmorency, grande condestável de França. E mais declaro que se Carlos, conde de Poix, ousasse protestar contra esta minha vontade, seria injusto para sempre, porque entendi oportuno deserdá-lo, por ter motivos muito fundados para duvidar de que êle seja legítimo”.

— Miserável!... — bradou o preso, arremessando o pergaminho ao rosto de Montmorency.

O condestável conservou-se impassível.

— Então, queres assinar ou não?... — perguntou o duque de Montmorency, não podendo ocultar a inquietação que o dominava.

— Eu!... eu declarar bastardo o filho da mulher mais santa que tem havido no mundo!... eu despojá-lo dos privilégios e dos feudos, que lhe pertencem por nascimento!... E onde encontraria eu refugio contra a acusação da minha consciência e contra a ira de Deus?...

— De uma maneira ou de outra, teu filho não terá nada: os teus bens foram confiscados. Se assinares êste documento, os teus haveres ficarão na minha família, e Carlos pode contar com a generosidade do meu primogênito para alcançar uma boa posição. Se não assinares, teu filho morrerá de fome, e os bens da casa de Poix passarão para uma caríssima amiga tua, a viúva condessa de Brezé, que precisa dêles para completar a dotação do seu ducado de Poitiers...

— Seja como fôr, — disse o desgraçado, com acento cheio de resignação — eu não contribuirei para a ruína de meu filho. Se o prejuízo lhe vier de outrem, seja feita a vontade de Deus, mas eu preferia queimar esta mão a ter de firmar esse documento. Tiveste forças para me lançar êstes ferros, e reduzir-me à situação mais desgraçada, em que homem algum jamais se viu; mas não conseguirás apagar-me do coração os sentimentos de pai e de fidalgo.

— Faze o que quiseres; — respondeu com mal disfarçado rancor o grande condestável — mas entendo que te has-de arrepender mais cedo do que pensas. As desgraças que te esperam são tantas e tão terríveis, que tu has-de chamar desesperadamente a morte, para que ela venha libertar-se delas.

— A morte!... — exclamou o preso, ferido pela intenção que transparecia nas palavras de Montmorency. — Mais de que uma vez tu me tens feito pensar nisso, duque... e as tuas propostas tem sido sempre seguidas dessas palavras... Pois será possível que tu tenhas tanta vontade de me ver morto, que tu próprio me proporciones os meios de me suicidar?!

— E se tal fizesse — exclamou com ar de ironia o duque, — daria prova de muita piedade para contigo. Pois que esperança poderias tu nutrir ainda, depois que todos te abandonaram?

— Os meus amigos hão-de fazer o que puderem, e talvez consigam descobrir onde estou, e tirar-me desta sepultura.

— E até agora não o fizeram, desgraçado!... e tu estás aqui encerrado há cinco anos...

— Há cinco anos!... exclamou o preso, — Há cinco anos que aqui estou sepultado! Meu Deus, tende compaixão de mim!

E depois, como se o iluminasse um clarão de luz inesperada:

— Ah! — exclamou — compreendi-te, carrasco! Eu perdi a conta aos anos, mas Deus quis que pela boca do meu próprio algoz eu soubesse tudo.

— Que queres dizer?

— Quero dizer que, quando à traição me meteram nesta enxovia, meu filho tinha quinze anos! Agora deve êle estar a chegar à maioridade, e então há-de tomar posse dos seus feudos e hã-de vingar seu pai... É por isso, miserável, que tu queres a minha declaração, ou a minha morte... Se eu morresse antes de meu filho atingir a maioridade, tu poderias facilmente assenhorear-te das nossas terras... ao passo que logo que o pequeno leão tenha tomado posse dos seus castelos, ai de quem lhe tocar!

E o rosto do preso estava radiante de alegria. Se êle ainda pudesse ter dúvidas sobre a exatidão

nas suas suposições, a confusão e a raiva do seu implacável inimigo bastariam para lhe provar que não se enganara.

— Tu estás a sonhar — disse afinal Montmorency, tentando readquirir a vantagem perdida. — Se o rei assinar o decreto de confiscação, eu tenho força bastante para destruir dez feudatários como teu filho.

— Sim, mas o rei não assinará o decreto; isso seria uma grande injustiça... e depois, estás enganado se julgas tão fácil a empresa. O meu castelo de Poix está completamente fortificado, e um exército precisaria de seis meses para se apoderar dêle... E o rei precisa muito do seu exército para que o ponha ao serviço das tuas vinganças pessoais.

— Pois bem, ficarás aqui dentro — bradou afinal o condestável no auge da ira. — Morrerás mais lentamente, mas morrerás... e eu hei-de ter meio de te dobrar a frente e de quebrar a tua resistência.

— Que meio? Talvez a tortura!... disse em tom de desprezo o encarcerado.

— Oh! não... bem sei que a tua tẽpera é de ferro... mas eu farei de modo que na prisão, que fica aqui ao lado desta, seja metido dentro de poucos dias... o teu filho.

Virgínio deixou escapar um grito, que parecia um rugido.

O duque retirou-se acompanhado pelo preboste. Ia furioso por lhe ter falhado o plano, mas ao mesmo tempo satisfeito pelo golpe que vibrara no coração do infeliz pai.

Êste deixa-se cair de joelhos.

— Meu Deus! — balbuciou êle, erguendo para o céu as mãos carregadas de ferros. — Meu Deus, vós não haveis-de permitir tão grande crime... Eu sou culpado, mas meu filho é inocente... Senhor! recomendo à vossa infinita misericórdia o pobre inocente... êle não pode ter esperança em ninguém senão em vós...

Grossas lágrimas deslizaram pelas emagrecidas faces do ancião. Aquele pranto aliviou-o; uma infinita esperança, enviada por Aquele que se compadece dos desgraçados e aflitos, lhe iluminou o coração. Pouco depois adormeceu com o nome de Carlos nos lábios.

O desgraçado enganava-se quando pensava que seu filho não podia esperar auxílio algum no mundo, a não ser um milagre de Deus.

Em breve veremos que amigos poderosos e desconhecidos se preparavam para pôr em campo o seu misterioso poder, para salvar a cabeça e o patrimônio do inocente, e liberta-lhe o pai da horrível prisão em que jazia.

LUTA!

Assinar "LUTA" é dar demonstração de querer libertar a Pátria do jugo nefasto do Vaticano, corruptor de consciências e blasfemador de Deus.

Dam Carlos

Sapador das Liberdades

Escreve: †Carlos Duarte Costa
Bispo do Rio de Janeiro

Farsa, ignominia, desonra, afronta, infâmia, injúria, opróbio, foi tudo isso, menos julgamento, o que se passou, na mais alta cõrte do país, no dia 17 de Novembro de 1949, quando, na pauta, do Supremo Tribunal Federal, estava o Mandado de Se-

so, impugnado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça.

O malsinado ato foi provocado pelo seguinte Officio do Ministro da Justiça, ao Chefe de Polícia, em 22 de Setembro de 1948:



O Vaticano, auxiliado pelo Presidente da República, Ministro da Justiça e Supremo Tribunal Federal, irado, lança-se sôbre a Igreja Brasileira, para devorá-la. A ICAB não se assusta e investe sôbre o Vaticano. A luta está, cada vez, mais acesa e continuará até á VITÓRIA do verdadeiro Cristo sôbre o falso Cristo e a VITÓRIA do verdadeiro Cristo é a VITÓRIA da Pátria.

gurança, requerido, por mim, e patrocinado pelos Eminentes Professores Luiz Carpenter e Benjamin Moraes, para ser garantido, a mim e à Igreja Católica Apostólica Brasileira, o direito líquido, certo e incontestável ao livre exercício do culto religioso.

(Conclusão da pág. 42)

encontra à frente da mui saudosa paróquia de S. Ana — Penha, — berço fecundo da Relatora ICAB. Felicito-o e empenho-lhe a minha incondicional solidariedade, porquanto reconheço que, por legítima conquista, galgou o honrado posto, que, merecidamente, ocupa. E, com justiça, alvo da confiança do heróico Dom Carlos, pois, no aceso da luta, V. Revma. permaneceu inabalável ao seu lado, sendo o seu braço direito. Digno de louvor foi o seu gesto; digno de louvor é o gesto do Exmo. Sr. Bispo. Aqui, estamos trabalhando na construção do futuro ginásio local. Começamos com um aluno, e contamos, no presente momento, com 42. Reze e recomende-nos às preces dos seus paroquianos, para que Deus abençoe esta seara. Grande é a perseguição dos inimigos. Aos 8 de Dezembro, comemoraremos o "Jubileo de Prata Episcopal" do Exmo. Dom Carlos. Sinto não poder achar-me aí. Portanto peço-lhe que transmita ao Sr. Bispo as minhas congratulações. Para V. Revma., um forte abraço, símbolo sagrado da nossa união na luta por Deus e pela Pátria. (a) Padre Antônio Cariello".

"Tenho a honra de transmitir a V. Ex., em anexo, cópia do parecer n.º 119, do Senhor Consultor Geral da República, aprovado pelo Senhor Presidente da República, referente às atividades da Igreja Católica Apostólica Brasileira.

Tendo em vista as conclusões do mesmo, solicito a Vossa Excelência se digne determinar as providencias cabíveis na espécie.

Na oportunidade, devo ressaltar a Vossa Excelência que não é intenção do Governo submeter os chefes, ou fiéis, daquela Igreja a qualquer constrangimento em sua liberdade de crença, mas, apenas, como salientou o Consultor Geral da República em seu parecer, assegurar á Igreja Católica Apostólica Romana o livre exercício do seu culto, através de manifestações — externas quais procissões, missas campais, cerimônias em edifícios abertos ao público, etc., quando praticados pela Igreja Católica Apostólica Brasileira, com as mesmas insignias, as mesmas vestes, enfim, o mesmo rito daquela."

Em nosso artigo "LUZ NAS TREVAS", publicado no n.º 8 de "LUTA!", mostramos, ao público, que o Cardial Dom Jaime Câmara, quando fez a sua queixa, ao Presidente da República, ignorava a significação da palavra "românico", confundindo-a com "romano". Com efeito, a Igreja Brasileira, quando foi vítima da arbitrariedade do Ministro da Justiça, colocando tanques, metralhadoras, rádio patrulha, etc., nas portas dos templos da Igreja Brasileira, esta celebrava suas missas, em culto "românico" e não "romano", porque a língua usada, pela Igreja Brasileira, é o português, derivado do latim. Si estivesse celebrando seus atos em latim, a Igreja Brasileira estaria usando o culto "romano", porque este é o culto da Igreja Romana, assim chamada, porque, em Roma se falou o latim e seu chefe residem em Roma. Por conseguinte, o culto não era o mesmo. O Presidente da República, o Ministro da Justiça, o Consultor Geral da República, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, com exceção do Ministro Hahnemann Guimarães, o Procurador da República, Plínio Teixeira Travassos, com Dom Jaime, folheem o dicionário, e lá verão a diferença entre o culto da Igreja Brasileira e o culto da Igreja Romana. Todos, porém, estão a serviço do Imperialismo do Vaticano e, com o seu amo, vivem de ódios, de vinganças, de torpesas, de calúnias, de violências contra a Constituição da República. Todos, servindo ao Vaticano, em seus postos, estão para atentar contra a Liberdade de Consciência e contra os Direitos Inalienáveis do Homem. Contra os que reclamam seus direitos, esses homens indignos, empoleirados no poder, pelo fascismo clerical e do dolar, apontam os canhões e as metralhadoras, bombas atômicas e borchacha, torturas e sofrimentos. Essas as armas dessa civilização cristã podre, chefiada pelo Vaticano. Seus dias, porém, estão contados.

Tribunal iníquo esse, que me denega um direito, sem que fique provado que a Igreja Romana seja proprietária de rito e de vestes, usados em outros cultos, mesmo anteriores a Cristo, dos quais a Igreja Romana tudo plagiou.

Tribunal iníquo em que o Sr. Plínio Teixeira Travassos, reconhecendo ser impossível a perícia, no rito e nas vestes, êle, esse Tribunal, indigno de funcionar entre buões, lança o seu veredicto, denegando o direito "duvidoso" do requerente.

Tribunal iníquo em que Ministros, na sua manifestação de voto, dizem: "denego o Mandato de Segurança, porque fui criado na Igreja Romana"; outro, cujo nome jurídico da Igreja Brasileira nem sequer sabe, denega a ordem, porque a "Associação poderá subverter a ordem social"; outros, com o relator, não concedem o Mandato de Segurança, porque a Igreja Brasileira tem a "intenção maliciosa de estabelecer a confusão entre os fiéis", e as Igrejas Ortodoxa, Anglicana, dos Velhos Católicos, que batizam, que crismam, que fazem casamentos, que dizem missas, etc., não têm essa intenção "maliciosa"; outro, um dos redatores do "Observatore Romano" no Brasil, acha "inconsistente a situação jurídica do impetrante", tendo a Igreja Brasileira apresentado prova da sua personalidade jurídica; outro analisou o voto discordante, apresentando o Ministro Hahnemann Guimarães como positivista, colocando a questão sob o "ponto de vista religioso e não constitucional", com a "reserva de poder o impetrante, por ação própria, defender o seu direito". A este Ministro eu digo: A Igreja Brasileira proporia, ação própria, na defesa do seu direito, si não existisse um pacto secreto das Nações Ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, colocando a Força contra o Direito do Homem Livre. E é esse pacto, que faz o Governo Brasileiro se colocar contra a Constituição, no seu art. 31, vedando:

"I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios;

II — estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, ou embarçar-lhes o exercício;

III — ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo."

E' esse pacto secreto que aponta a Igreja Brasileira como perturbadora da ordem pública e dos bons costumes, no art. 141 § 7, não fosse esse artigo elaborado, preparado, pelo próprio Vaticano, pelo ultramontanismo no Brasil e nos países satélites desse desacreditado Império, que negocia com o nome de Cristo.

Tribunal iníquo que, antes de sentenciar, procura saber como pensa o Estado, como pensa o Governo, como pensa a Política, para, depois, torcer a Verdade, fazendo da Justiça vassalagem feudal.

Para esse Tribunal iníquo o direito do pobre é não ter direito.



Dom Carlos Duarte Costa, por Mercê de Deus, Fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira e, por eleição dos fiéis, Bispo do Rio de Janeiro.

A todos os que este NOSSO DECRETO virem: Saudação, Paz e Bênção em o Senhor.

FAZEMOS saber que:

CONSIDERANDO que, tendo o Supremo Tribunal Federal, por julgamento iníquo, denegado o Mandado de Segurança, requerido, por Nós, a fim de que ficasse patente a violência, praticada pelo Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, e Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, Ministro da Justiça, pondo tanques, metralhadoras, rádio patrulhas, etc., em frente aos templos da Nossa Igreja na Penha e em Ramos, desta cidade do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que o parecer do Consultor Geral da República, Dr. Haroldo Teixeira Valladão, é parcial e baseado na carta do Cardinal Arcebispo Romano de S. Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, ao Exmo. Sr. Dr. Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça, no Governo do ditador Getúlio Vargas, e na queixa do Cardinal Arcebispo Romano do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, ao Presidente da República;

CONSIDERANDO que a carta do Cardinal de S. Paulo e a queixa do Cardinal do Rio de Janeiro, são documentos inexpressivos, capciosos, sofisticos e mentirosos;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, recebendo a queixa do Cardinal do Rio de Janeiro, e o Ministro da Justiça, retirando do arquivo a carta do Cardinal de S. Paulo, não procuraram syndicar a veracidade dos fatos, como manda o bom senso e preceitua a praxe universal;

CONSIDERANDO que o julgamento do Supremo Tribunal Federal versou sobre o Ofício do Ministro da Justiça, ao Chefe de Polícia, datado em 22 de Setembro de 1948, que diz: "Na oportunidade, devo ressaltar a Vossa Excelência que não é intenção do Governo submeter os chefes, ou fiéis daquela Igreja a qualquer constrangimento em sua liberdade de crença, mas, apenas, como salientou o Consultor Geral da República em seu parecer, assegurar a Igreja Católica Apostólica Romana o livre exercício do seu culto, através de manifestações — externas, quais procissões, missas, campais, cerimônias em edifícios abertos ao público, etc., quando praticados pela Igreja Católica Apostólica Brasileira com as mesmas insignias, as mesmas vestes, enfim, o mesmo rito daquela";

CONSIDERANDO que a interpretação dada "a ordem pública", pelo Supremo Tribunal Federal é a "duplicata de clericos", e a de "bons costumes" é a Igreja Brasileira admitir o divórcio, consoante o parecer do Consultor Geral da República, confundindo divórcio com mormonismo, a fim de encobrir e dissimular a perseguição manifesta do Vaticano á Igreja Brasileira, por intermédio do Governo Brasileiro;

ALEXANDRE VI

Escreve: *Maurício de Lachatré*

Chegamos a uma época da história dos pontífices romanos que pode ser considerada como aquela em que as luzes começam a substituir a ignorância na cadeira de S. Pedro; e devemos dizer, também, que esta época é aquela em que a corrupção do clero chega a um grau que não tinha atingido ainda. Antes do reinado de Alexandre VI, os chefes da Igreja não cuidavam no seu rebanho; mas depois d'este papa vê-lo-emos abandonar completamente as discussões religiosas para se lançarem nas lutas políticas e para se ocuparem de estratégia, de finanças, de organização de exércitos, de fortificações e de outras ciências profanas, as únicas que os podiam conservar na cadeira desonrada de S. Pedro. Para eles, não existe senão um Deus, o ouro! O seu culto é o deboche e o assassinio! Não têm nem crenças nem religião; pouco lhes importa que os povos creiam na Bíblia, no Evangelho ou no Alcorão; despojam-nos a todos quer sejam judeus, cristãos ou turcos; não é por fanatismo que condenam os heréticos à fogueira, mas sim por avareza; massacram indiferentemente os ricos, cuja fortuna cobiçam, e os cidadãos pobres, cuja energia receiam.

Finalmente, entramos numa época que a teocracia atinge o apogeu do poder e em que, bem longe de ocultar na sombra a sua corrupção e as suas crueldades, pratica-as em pleno dia, tirando um título de glória.

Sem contradição alguma, o papa que melhor compreendeu esta nova fase do pontificado, foi o sucessor de Inocêncio VIII, o abominável Rodrigo Borgia.

Descendia, por sua mãe, da casa espanhola dos Borgia, que ocupara já o trono apostólico, na pessoa de Calixto III. Alguns autores pretendem que devia a vida a um comércio incestuoso entre o santo padre e sua irmã Joana, que era casada com um tal Godofredo Lenzuolo de Valença; e que S. Santidade, querendo legar-lhe o seu nome, obrigou seu cunhado a trocar o nome da sua família pelo de Borgia.

Logo na sua infância, Rodrigo foi cercado de cuidados assíduos e colocado sob a direção de mestres hábeis, que lhe desenvolveram a inteligência e fizeram d'ele um advogado notável. Infelizmente, depois de homem, tomou uma direção totalmente oposta ao bem, e empregou o seu admirável talento em defender as causas imorais e escandalosas. Em breve mesmo, tornou-se-lhe insuportável a sua profissão, porque o obrigava a uma certa continência nos seus costumes, e abraçou a carreira das armas, fazendo-se nomear oficial de uma companhia franca, a fim de poder entregar-se mais facilmente ao seu gosto pelos deboches.

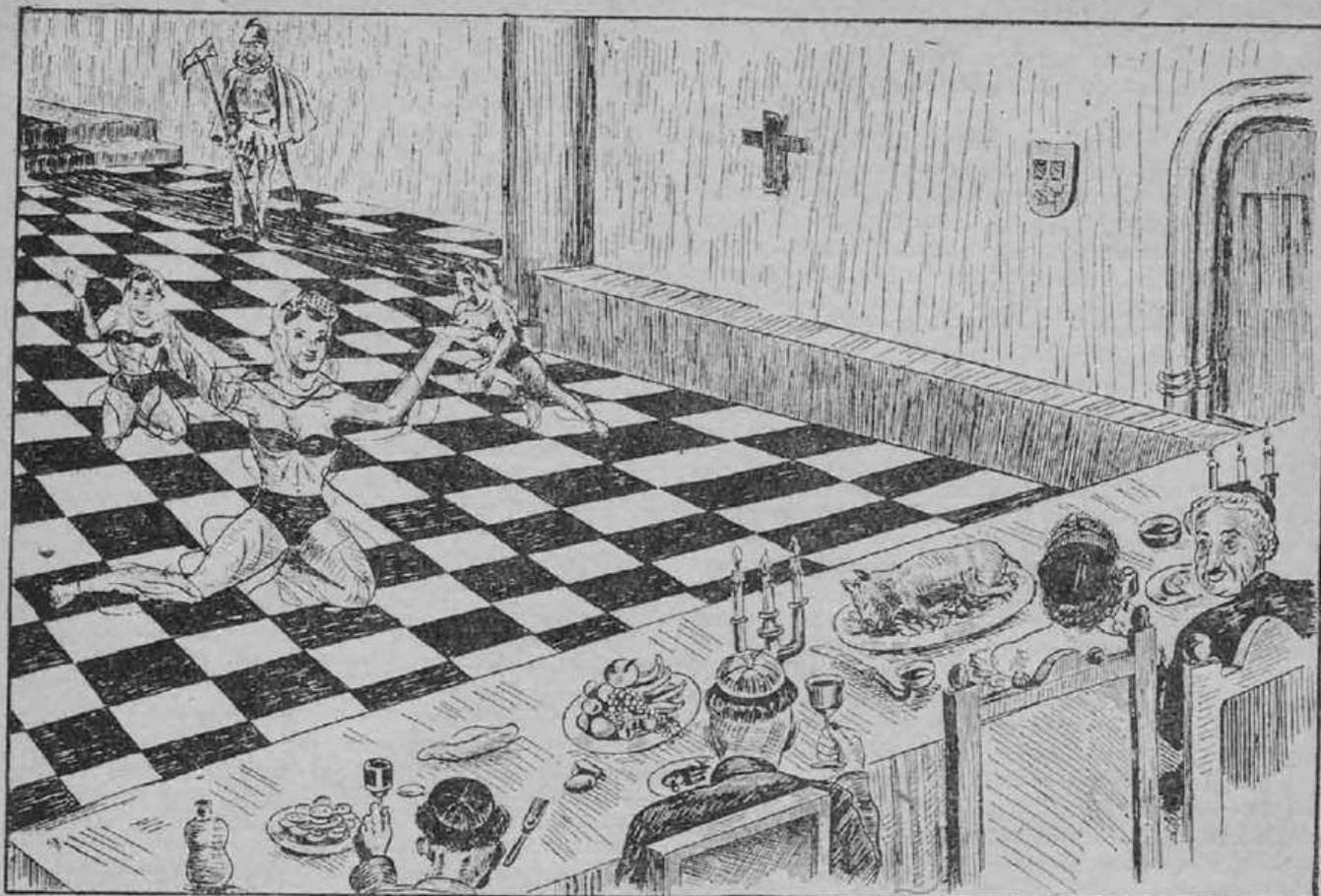
Supõe-se que foi então que contraiu relações íntimas com uma dama espanhola de uma notável beleza, que ficara viúva com duas filhas. Rodrigo, depois de ter seduzido a mãe, violou as filhas e iniciou-as em horribéis voluptuosidades; depois, como morresse a sua amante, desembaraçou-se da mais velha, metendo-a num convento, e guardou junto de si a mais nova, que se chamava Rosa Vanozza. Teve dela cinco filhos, Francisco, César,

Lucrécia, Guifry e um outro de que não fala historiador algum, talvez, porque morresse muito novo ainda.

Rodrigo escandalizava a Espanha com os seus deboches havia sete anos, quando soube da elevação de seu tio Calixto ao trono de S. Pedro; entretendo logo a imensa fortuna que aquele acontecimento lhe prometia, apressou-se em enviar àquele que ele sabia ser seu verdadeiro pai, uma carta de felicitações, na qual pedia a S. Santidade que lhe conservasse as suas bondades afetuosas. Calixto respondeu a seu sobrinho que se dirigisse imediatamente a Roma, onde o esperava um lugar importante no governo da Igreja; e na sua mensagem dirigiu-lhe um breve que o investia num benefício de doze mil escudos de renda anual. Esta soma junta aos trinta mil ducados de renda que provinha dos seus bens de família, permitia-lhe ter a casa de um príncipe; por isso não hesitou ele em obedecer às ordens de seu tio, mas como não queria separar-se completamente da sua querida Vanozza nem de seus filhos, e que compreendia contudo a necessidade de ocultar as suas intrigas para o novo papel que tinha a representar, resolveu enviá-los para Veneza, onde esperava poder visitá-los algumas vezes sem excitar as suspeitas.

Partiu só para Roma, instalou-se num magnífico palácio, e tornou-se um dos cortezãos mais assíduos do santo padre, o que deu lugar aos boatos mais singulares sobre a natureza das suas relações. Contudo a rigidez de costumes que ele aparentava, e a máscara de hipocrisia com que sabia ocultar-se, impuseram ao povo, e Alexandre adquiriu mesmo a reputação de um santo personagem, apesar dos seus inimigos ou daqueles que o tinham adivinhado. Rodrigo Borgia era dotado de uma eloquência tão persuasiva e atraente, e expunha as suas doutrinas com tanta arte e habilidade que captivava os espíritos que lhe eram mais opostos; por isso não teve grande dificuldade em se tornar senhor das vontades de Calixto. Ao passo que ocultava os seus projetos ambiciosos sob as aparências da humildade, fizera-se nomear Arcebispo de Valença, vice-chanceler da Igreja, e finalmente Cardial Diácono de S. Nicolau "in carcere Tulliano", com uma pensão de vinte e oito mil escudos de ouro; o que, com os benefícios da sua metrópole e do seu título de vice-chanceler, tornava a sua fortuna uma das mais consideráveis de Roma.

A partir d'este momento, Rodrigo, o estudante debochado de Valença, o advogado dos ladrões e dos assassinos, o soldado salteador e incendiário, o amante incestuoso de Rosa Vanozza, pensou seriamente em abrir um caminho para o trono apostólico. Desde então afetou o gênero de vida de um verdadeiro anacoreta; não apareceu mais em público senão com as mãos encruzadas sobre o peito, e os olhos no chão; as suas palavras tornaram-se cheias de unção; visitou as igrejas, os hospitais e as habitações dos pobres, espalhando por toda a parte esmolas avultadas e publicando que, por sua morte, os infelizes seriam os seus herdeiros; finalmente mostrou um tão profundo desprezo pelas riquezas e um amor tão grande pela religião e pela moral que o povo romano, habituado havia



A Ceia dos Cardeais e são êsses Cardeais, é essa corrompida Igreja Romana que funda, no Brasil, a Legião da Decência!...

às suas paixões; pisou aos pés tôdas as leis divinas e humanas; desvendou o mistério dos seus amores monstruosos; instalou audaciosamente no Vaticano a sua amante, sua filha Lucrécia e os seus outros filhos; finalmente, mostrou-se tal qual era, avaro, astuto, implacável, debochado, cruel ou antes feroz; porque Paulo Langires afirma que ele transformou Roma num matadouro. Que tinha êle a recuar? não acabava de ser proclamado pai supremo dos fiéis, rei dos reis; vigário de Deus na terra, pontífice infalível!!!

O que dominava no espirito de Alexandre VI, era uma ambição desmedida pela elevação dos seus bastardos. Apenas sentado no trono apostólico, encheu-os de honras e de honras e de riquezas, Francisco, o mais velho dos seus filhos, foi criado duque de Cândia e príncipe de Benevente; nomeou cardeal e arcebispo de Valença na Espanha, César, seu filho segundo, que era depois de Lucrécia o objeto da mais terna solicitude, e cujas carícias infames tinham o poder de fazer estremecer o coração gangrenado do velho papa. Mas essas distribuições de títulos e de dignidades não eram para S. Santidade senão preliminares e um imenso projeto que êle concebera. A sua ambição cobiçava para os seus bastardos a soberania de Nápoles, de Veneza, de Florença, da Itália inteira; por isso não sonhava êle senão vitórias e conquistas, e essa idéa determinara-o a tomar o nome de Alexandre e que lhe recordava o maior conquistador da antiguidade.

A Itália, êsse magnífico país, apesar de degenerado e caído do seu antigo esplendor, era ainda o alvo constante da cobiça de todos os soberanos da Europa, que nêle multiplicavam agitações e insensações intestinas. Verdade é que a situação do país

se prestava maravilhosamente a prolongar as lutas incessantes e as guerras civis que surgiam de todos os ados ao menor choque de amor próprio entre os pequenos principes ou as repúblicas italianas.

Da necessidade de manter a independência de cada estado, resultara uma política que enlaçava a Itália e fazia vergar os povos sob um jugo insupportável. Veneza distinguia-se entre tôdas as cidades pelo seu govêrno oligárquico, misturado de nobres e comerciantes; o seu conselho dos dez levava tão longe a arte de enganar os povos, e de fazer servir os homens à sateisfação e ao bem-estar de uma casta privilegiada, que nem depois, nem antes, ninguém pode dizer tê-los excedido na arte de iludir os homens; e para caracterizar essa época, basta dizer que ela viu florescer Machiavelo, êsse abominável preceptor dos soberanos.

A sereníssima república de Veneza tinha como o santo padre, vistas ambiciosas, projetos a realizar; os seus olhares voltavam-se para a Romagna, da qual possuía já uma grande parte, e para o ducado de Milão, feudo do Império, governado então pelo fraco João Galéas, sob a tutela de seu tio, o ambicioso Luiz Sforce; pensava ela em tirar-lhe os estados de Parma, de Placência e o de Génova, colocado sob a dependência dos Milanese; e mesmo, sem que o confessasse, previa o momento em que a república de Florença, cansada de obedecer aos de Medicis, viria reunir-se a Veneza. Por outro lado, o reino de Nápoles, que pela sua importância teria podido exercer uma influência salutar sobre os outros estados, achava-se na posição mais crítica, em consequência do ódio nacional de que o rei era o alvo. Assim, de todos os lados a Itália ameaçava ruínas, e Veneza, a soberana do Adriático, esperava

em breve ornar o seu diadema com os florões das outras corôas. A própria Roma não lhe fazia sombra, e ela via tranquilamente agitarem-se na cida le pontifical os sucessores do Apóstolo e as suas comitivas de favoritos, de bastardos e de cortezãos.

Contudo, o papado devia ensinar aos Venezianos, tão orgulhosos da sua grandeza, que Deus zomba das combinações dos homens; e o que parecia dever produzir infalivelmente a ruína dos papas, esse duplo caráter de rei e de padre que elles tinham reunido nas suas pessoas, tornou-se nas mãos de Alexandre VI uma alavanca poderosa de que elle se serviu para derrubar o edificio formidável daquela república.

Pouco a pouco, Rodrigo Borgia, sem mesmo ter necessidade de recorrer às armas temporais nem as cóleras espirituais, e pelo único fato da sua marcha prudente e maquiavélica, triunfou de Veneza e restabeleceu a preponderância da Santa Sé, na Itália. Deve-se convir, todavia, que teve muito que fazer, porque a longa permanência dos papas em Avignon, as tentativas multiplicadas de revoltas do povo romano, as concessões obtidas pelos Barões-Vigários da Santa Sé, quer dos imperadores, quer dos pontífices, tinham diminuído consideravelmente os domínios da Igreja e as rendas do tesouro apostólico. Alexandre applicou em primeiro lugar todos os seus cuidados em restabelecer a integridade dos estados pontifícios, e conseguiu isso com uma admiração firme e ativa. Em seguida, pensou em derrubar a autoridade dos pequenos príncipes seus vizinhos, entre os quais, se distinguiam os Bentevoglio de Bolonha, os Malatesta de Rimini, os Manfredi de Faenza, os Colona d'Ostia, os Montefeltri d'Urbino, finalmente, os Vitelli, os Savelli e muitos outros que possuíam ricas províncias.

Contudo, antes de começar a luta contra tôdas aquelas famílias, o papa quis criar apoios temíveis, contraíndo alianças com os príncipes poderosos. Dirigiu-se, em primeiro lugar, a Fernando, soberano de Nápoles, aproveitando o terror que lhe inspiravam os armamentos do rei de França, que se preparava para invadir o seu reino, fez-lhe oferecer o auxilio de um exército, debaixo da condição de que seu filho Afonso, duque de Calábria, daria sua filha em casamento ao mais novo dos bastardos do santo padre, com arras sobre o reino de Nápoles. Tendo sido rejeitada a sua proposta em termos insultantes. Assim, de todos os lados, a Itália ameaçava Alexandre voltou as suas vistas para o outro lado, e formou uma liga defensiva com o tutor de João Galéas, duque de Milão, e a sereníssima república. Era um negócio difficil de concluir essa aliança entre Roma e Veneza; contudo, graças à habilidade das negociações de Alexandre, as resistências foram vencidas, e o tratado assinado com a república, a côrte de Roma e o ducado de Milão.

Afonso de Calábria e Pedro de Medicis, assustados com as consequências de uma liga que ameaçava a existência politica dos outros estados, procuraram destruí-la, e para esse effeito, acolheram com alegria as propostas de Fabricio Colona, de Próspero, seu irmão, e do cardial de S. Pedro aux Liens, inimigos declarados do pontífice, que se obrigavam a entregar Roma, com o auxilio do partido dos Guelfos e da facção dos Ursinos, se o exército de Afonso pudesse em três dias apresentar-se defronte dos muros da cidade santa.

O velho rei Fernando, com a sua prudente provisão, pronunciara-se contra este projeto, e queria mesmo fazer a paz com Alexandre, por qualquer preço que fosse; infelizmente, a morte veio surpreendê-lo no momento em que elle entabolava novas negociações com o papa. Era fora de dúvida que

S. Santidade se mostraria muito pouco exigente para um novo tratado, pois que já os interesses opostos das partes contratantes tinham produzido graves discussões entre a côrte de Roma e os Venezianos. Mais tarde, quando o novo rei de Nápoles foi informado de que a França entrara na liga, quis reparar a falta que cometera, e reatou as negociações encetadas por Fernando com a côrte de Roma; somente as condições não eram as mesmas; e o seu orgulho, que precedentemente se revoltara com a ideia de dar a mão de D. Sancia sua filha, ao jovem Guifry Borgia, foi obrigado a ceder às exigências da sua posição, e mandou oferecer ao santo padre consentir no casamento projetado, dar aos jovens esposos o principado de Squillacia e o condado de Cariati, fazer a César uma rica dotação em benefícios, e a Francisco, duque de Candia, uma pensão de cinco mil ducados, com a expectativa de ocupar um dos primeiros cargos do reino e tomar o comando dos exércitos. Estes oferecimentos do rei foram aceitos por S. Santidade, que pediu previamente dez mil ducados de que tinha a maior urgência.

Em Roma, tiveram lugar grandes festas e regozijos públicos, por ocasião do casamento de Guifry Borgia; e o santo padre empregou uma tal magnificência nesta circunstância, que esgotou completamente o tesouro da Igreja. Então recorreu aos expedientes que empregam de ordinário os papas e os reis para encherem os seus cofres; aumentou os impostos e oprimiu os desgraçados povos. Em seguida, tentou uma nova publicação de cruzada, e o que parece inacreditável, foi que depois de terem sido roubados durante quarenta anos pelos papas, sob o pretexto de guerras contra os Turcos, que nunca tinham tido execução, os cristãos estúpidos trouxeram ainda somas enormes ao Vaticano, e vieram alimentar o luxo fastuoso dos bastardos de Alexandre e da sua querida Lucrécia.

Foi nessa época, no ano de 1492, que teve lugar um acontecimento extraordinário, a descoberta de um novo continente pelo célebre Cristovão Colombo, e quasi ao mesmo tempo o Português Vasco da Gama continuando as descobertas, e Henrique o Navegador, de Covelas e de Bartolomeu Dias, dobrava o Cabo da Boa-Esperança, aproava às Índias pelo canal de Moçambique, e mudava completamente a marcha e a forma do comércio do mundo.

Os Portuguezes tinham seguido de perto os Espanhóis sobre o continente descoberto por Colombo, e disputavam-lhes com as armas na mão essa rica presa. Contudo, como o interesse lhes impunha como lei não darem grande ruido às suas dissensões, o rei de Portugal João II e Fernando V o Católico, concordaram em apelar para o julgamento do papa, para estabelecer os limites dos seus novos impérios.

Alexandre VI consentiu em ser o mediador da paz entre as duas partes; traçou uma linha que passava pelas ilhas dos Açores juntando os dois polos e decretou, em virtude da sua onipotência universal, que todos os países que estivessem aquem dessa linha, isto é, as Índias Orientais ou a América, pertenceriam ao rei de Espanha, e aqueles que estivessem além dela, isto é, as Índias Orientais e as costas da África, pertenceriam aos reis de Portugal. S. Santidade não punha outra condição a este magnífico dom senão o pagamento immediato de uma forte soma em dinheiro, e o compromisso para os Espanhóis e para os Portuguezes de converterem, por bem ou por mal, os habitantes ao cristianismo. Sessenta anos depois da publicação desta bula, os execráveis missionários espanhóis tinham degolado quinze milhões de vítimas no Novo Mundo, para obedecerem ao papa!

Logo que Alexandre reparou as perdas do seu tesouro com os produtos da cruzada, tratou de efectuar o casamento de sua filha com João Storce, senhor de Pesaro; e como ella fora prometida desde criança a um gentio-homem aragones, desingou-a dos seus juramentos, em virtude do seu poder apostólico.

“Por occasião desse casamento houve festas e orgias dignas de Lucrecia, diz Istevao Inzessura. A noite, S. Santidade, o cardinal Borgia, o duque de Candia, alguns cortezaos e muitas damas da primeira nobreza assistiram a uma ceia na qual appareceram histriões e dançarinas que representaram comédias obscenas, com grande alegria dos convivas.

“Pela manhã, Alexandre VI conduziu os jovens esposos a camara nupcial, no meio da qual se elevava um leito suntuoso sem cortinas. Ai, acrescenta o historiador, passaram-se coisas por tal modo revoltantes, que se nao podem traduzir em lingua alguma. O santo padre desempenhou as funções de matrona junto de sua filha; Lucrecia, essa messalina que, antes mesmo de ser mulher, fora iniciada nos mais horribes deboches, por seu pai e por seus irmãos, tingiu-se inocente para prolongar as obscenidades dessa comedia, e o matrimonio consumou-se na presença da familia pontificia!!!”

Alexandre consentia em casar sua filha, porque estava então dominado por uma nova paixão por uma donzela chamada Julia a Bela, irmã de Alexandre Farnese, que este miserável lhe prostituira para comprar o perdão do crime de falsario. Mais tarde Farnese obteve o chapéu de cardinal, e vê-lo-emos ocupar por seu turno a cadeira do Apóstolo, sob o nome de Paulo III. Tal é a origem da grande fortuna dos Farnese, com os quais se aliaram as primeiras familias soberanas da Europa.

Depois do seu casamento, Lucrecia recusou recusou acompanhar o senhor de Pesaro ao seu principado, e habitou, como no passado, o palácio do Vaticano. “Nunca mais saiu do quarto do santo padre, nem de dia nem noite”, acrescenta Burchard, o mestre de carimónias de Alexandre, que registrava ingenuamente, hora por hora, tudo quanto se fazia na córte apostólica.

Alexandre VI concedia à sua filha querida, não somente todas as graças que ella pedia, como também lhe dera a superintendência do governo da Igreja. Era Lucrecia quem assistia à abertura das cartas, ao expediente dos negócios, era ella que convocava o sacro colégio, e muitas vezes, em seguida a uma orgia, presidia ao conselho dos cardiais em traje bacante, com o colo nu, e o corpo coberto apenas com ligeiras roupas de mousselina. Neste estado punha em discussão assuntos de luxúria, e não tinha pejo de prodigalizar e receber na presença deles caricias por tal modo impudicas, que o próprio Burchard, habituado a ver tantas coisas, exclama referindo este fato: “Horror! ignominia! escândalo!”

Numa outra passagem do seu jornal narra o fato seguinte: “Hoje, o santo padre para regozijar a senhora Lucrecia, mandou levar para o pequeno patio do palácio, junto da porta de entrada, um grande número de éguas cobertas de ramos, e deu ordem que lhes lançassem os garanhões das suas cavalariças sem freios nem cabrestos. Estes lançaram-se sobre as éguas soltando relinchos espantosos, e depois de uma luta terrivel, de couces e dentadas, as desditosas éguas foram subjugadas e cobertas com grandes aplausos da senhora Lucrecia e do santo padre, que contemplavam este espetáculo da janela de um quarto da dormir colocada por sobre a porta do palácio. Depois o papa e sua filha retiraram-se para o interior do aposento e permaneceram fechados uma hora!... “Buchard não acrescenta reflexão

alguma a esta narrativa, e nós seguiremos o seu exemplo.

Em breve chegaram a Roma embaixadores musulmanos encarregados pelo sultão Bajazet de fazerem propostas ao santo padre relativamente a um projeto de envenenamento na pessoa do príncipe Zizim. A carta do imperador otomano era concebido nos seguintes termos:

“O sultão Bajazet, pela graça de Deus, poderoso rei e kalifa dos dois continentes da Asia e da Europa ao excelente senhor Alexandre, pai de todos os cristãos pela Providência, e mui digno pontifice da Igreja Romana, reverencia, benevolencia e sinceridade.

“Senhor, até este dia, tenho pago exatamente a Vossa Santidade quarenta mil ducados todos os anos pela pensão do meu irmão Zizim; mas como me foi dito que Inocência VIII, vosso predecessor, ao mesmo tempo que recebia de mim somas consideráveis para guardar esse príncipe ambicioso, escutava ainda as proposições do sultão do Egipto, e aceitava o seu dinheiro para restituir a liberdade a Zizim, devo receiar que um dia o vosso sucessor forneça tropas a meu irmão para me disputar o trono.

“Os vossos enviados compreenderam perfeitamente o motivo das minhas apreensões, e aconselharam-me que me dirigisse diretamente a vós para restituir ao meu espirito a tranquillidade de que elle tanto carece, e para fazer cessar a causa dos meus sustos. Pizeram-me esperar mesmo que escutarieis favoravelmente as minhas propostas.

“Obrigo-me, pois, a dar trezentos mil ducados, muitas cidades e a túnica de Jesús Cristo, se vossa Santidade quiser fazer sair deste mundo o sultão Zizim, do modo que julgar mais conveniente. Prestaria assim um serviço assinalado ao seu prisioneiro, porque, segundo o profeta, elle deve preferir a morte à servidão; e vós, muito illustre senhor, não cometerieis um crime, segundo a vossa religião, pois que é ordenado aos cristãos exterminarem os heréticos e os infiéis”.

Não nos ficou documento algum autêntico sobre a resposta que deu o pontifice; unicamente, Comines pretende que elle aceitou os ofrecimentos do kalifa, e o que parece confirmar esta opinião é que houve conhecimento um pouco mais tarde de um tratado secreto concluido entre as córtes de Roma e de Constantinopla, pelo qual Bajazet se obrigava a fornecer à S. Sé seis mil cavaleiros de velhas tropas e outros tantos infantes para combater os Franceses que se preparavam para invadir o reino de Nápoles.

E com efeito, Carlos VIII, não tardou em fazer a sua entrada na Itália, à frente de um exercito de trinta mil homens(sustentado por uma artilharia de cento e quarenta peças de campanha, e os seus progressos foram tão rápidos, que conquistara já a Lombardia antes que Alexandre tivesse podido pensar nos meios de lhe resistir. Nesta extremidade, o santo padre quis empregar o meio das negociações, dirigiu embaixadores ao rei de França para lhe ordenar que suspendesse a sua marcha. Carlos VIII não fez caso disso, sem se inquietar com a prohibição do papa, e continuou a sua marcha para Roma, onde o tinham precedido já deputados encarregados de pedirem a S. Santidade a investidura do reino de Nápoles para o seu senhor.

Não somente Alexandre respondeu que jamais acederia à sua proposta, e que, se opporia com todas as suas forças à passagem dos Franceses pelos seus estados, como, também, quando o chefe da embaixada lhe quis representar que sendo Carlos aliado do imperador Maximiliano, dependia da sua vontade tirar-lhe a tiara, quer por força das armas, quer fazendo-o julgar por um concílio, como papa simo-

maco, adúltero, incestuoso, ladrão e assassino. Alexandre não quis fazer concessão alguma, e soltou mesmo termos injuriosos contra Carlos VIII, na presença do ministro do rei de Nápoles, de Lopez, seu datário, e do príncipe d'Anhalt, delegado do império. Teve a audácia de acusar o rei de França de ter formado o projeto ambicioso de colocar na sua frente a corôa imperial, e querer derrubar do trono Maximiliano.

“Pelo que me diz respeito, acrescentou êle, mesmo quando Carlos me pusesse a espada na garganta, opor-me-ia à sua execrável ambição. E vós, príncipe de Anhalt, disse dirigindo-se ao embaixador da Alemanha, é do vosso dever fazer conhecer ao vosso senhor os desígnios da França, a fim de que na sua qualidade de protetor da Igreja, se reúna aos outros príncipes, cristãos, para defender a nossa Sé Apostólica e para conservar os direitos do império e a liberdade de tôda a Itália”.

Como era de esperar, todavia, a sua energia caiu por terra em frente do perigo; e quando o rei de França se apresentou nos confins do estado eclesiástico, o papa não ousou disputar-lhe a entrada; finalmente, quando Carlos chegou aos muros de Roma, S. Santidade enviou-lhe o seu mestre de cerimônia e o seu secretário apostólico, para receberem as suas ordens. Carlos VIII fez com que lhe abrissem, imediatamente, as portas da cidade santa, e entrou na cidade, armado de ponto em branco, ao som dos clarins, escoltado pelas suas tropas que marchavam em colunas cerradas, seguidas da sua formidável artilheria.

Os seus fúrrteis marcaram com giz os aquartelamentos das companhias; os seus prebostes colocaram sentinelas em todos os bairros, ordenaram rendas e patrulhas, mandaram levantar forças, e publicaram os editos e ordenanças do príncipe ao som dos clarins, como si êle estivesse em Paris. Aposar de senhor absoluto em Roma, o rei não pudera ver ainda Alexandre VI, que permanecia encerrado com a sua família no Castelo de Sant'Angelo. Um grande número de prelados, entre os quais se achavam Ascânio Sforce, vice-chanceler da Igreja, os cardiais Juliano de la Rovere, Gerch. S. Severino, Savelli e Colona, propunham ao rei meter o papa em processo e depô-lo, si êle recusasse submeter-se. Por duas vezes a artilheria fôra apontada contra o Castelo de Sant'Angelo, para assustar o pontífice e vencer a sua obstinação; mas, diz Comines, o príncipe recusou empregar êsses meios extremos. Afinal o papa cedeu às observações de seu filho César Borgia, que lhe representou como imminente a ruína da sua família e êle consentiu em dar audiência a Carlos VIII. A primeira entrevista passou-se assaz singularmente: Alexandre, para evitar abraçar o rei, como exigia o ceremonial, fingiu um desmaio e deixou-se cair numa cadeira; pelo seu lado, Carlos foi colocar-se numa outra cadeira junto da janela, enquanto faziam respirar saís ao santo padre; em seguida, começou a conferência, e concordaram nas seguintes convenções: Alexandre obrigava-se a viver em paz com os seus cardiais, a pagar-lhes os direitos dos seus chapéus, a entregar ao rei as cidades de Viterbo, de Civita-Vecchia, de Terracina e de Spolitto, a não conferir legação alguma sem a sua autorização, a dar o chapéu de cardinal a dois capitães da guerra de Carlos VIII, e a entregar-lhe o sultão Zizim; S. Santidade concedia-lhe mais a investidura do reino de Nápoles, e deu-lhe mesmo como refém seu filho o cardinal Borgia, como garantia da execução das suas promessas. Carlos prestou então o juramento de obediência ao papa, e pagou o resgate de Zizim; feito isto, saiu de Roma com tôdas

as suas tropas e dirigiu-se a Nápoles. Tinham decorrido apenas oito dias depois que êle saíra do território da Igreja, quando o desditoso Zizim exalava o último suspiro: o papa cumprira religiosamente as suas promessas; obrigara-se a entregar o seu prisioneiro a Carlos VIII, e assim o fizera, com a diferença de que lho entregara já envenenado. Dêste modo ganhou o resgate que fôra já pago pela França, e os trezentos mil ducados que lhe haviam sido oferecidos pelo sultão de Constantinopla.

Logo no dia seguinte, César Borgia, desprezando o juramento que fizera de ficar com Carlos VIII, fugiu do campo francês disfarçado e voltou a Roma, onde o papa o recebeu com as maiores demonstrações de amor.

Deve-se, porém, saber que César era o objeto da predileção de Alexandre, e merecia realmente essa preferência, pela conformidade do seu caráter com o do santo padre. Como êle, sem vergonha nem pudor, entregava-se a todos os desregramentos das suas paixões; como êle, pertinaz nos seus projetos, implacável nas suas vinganças, erigia o crime em sistema político e não recuava diante de atrocidade alguma como êle ambicioso e egoísta, só cuidava da sua pessoa, sacrificava tudo aos seus interesses; a moral e a religião só eram nas suas mãos instrumentos que empregava para o bom êxito dos seus projetos e que quebrava quando lhe tornavam inúteis. Estes dois homens tão bem feitos para se entenderem, não se tinham compreendido todavia num ponto; Alexandre queria legar o papado a seu filho, e César cobiçava uma corôa imperial e a Itália inteira por reino. Cesar era príncipe da Igreja, e teria dado tôdas as suas honras eclesiásticas por um dos títulos seculares de que seu irmão mais velho, o duque de Cândia, se achava tão abundantemente provido; por isso o cardinal concebera contra seu irmão um ódio secreto, cujos resultados se não fizeram esperar.

A fuga de César Borgia e o envenenamento de Zizim, encolerizaram altamente Carlos VIII, que jurou vingar-se da família pontifical; como os seus interesses não lhe permitiam voltar imediatamente a Roma, adiou o castigo do papa para mais tarde e prosseguiu rapidamente a sua marcha sobre Nápoles. À sua aproximação, o covarde Afonso fugiu para a Sicília, abdicando a realza em favor de Fernando, seu filho, ao qual deixava o cuidado de defender a sua capital. Apesar dos esforços do jovem príncipe, Nápoles ficou tomada de assalto, e o resto do reino conquistado com tão maravilhosa facilidade, que Alexandre dizia que os Franceses tinham feito a guerra com esporas de pau, e haviam marcado com giz os seus aquartelamentos, querendo exprimir por estas palavras que não ficariam por muito tempo senhores de Nápoles. Além disso, êle podia fazer profecias a êsse respeito, pois que assegurava o meio de as fazer realizar, formando uma liga formidável de todos os príncipes cristãos contra o rei de França. A república de Veneza, o duque de Milão, haviam entrado nessa confederação; Fernando o Católico, Henrique VII, rei de Inglaterra, o arquiduque Filipe e seu filho Maximiliano I, tinham-se, igualmente, ligado ao santo padre.

Carlos compreendeu logo o perigo de que estava ameaçado, e para conjurar a tempestade quis atemorizar os seus inimigos com um golpe ousado: deixando, pois, uma parte das suas tropas no seu novo reino, sob o comando do duque de Montpensier, que êle criara vice-rei de Nápoles, marchou sobre Roma com novo mil soldados escolhidos para castigar o papa. Êste tivera o cuidado de não esperar por êle e fugira para Orvieto, com a sua família; o rei



N. S. Menina é carregada em triunfo, na cidade de Lajes, no dia 7 de Setembro de 1949. No foto, a procissão, quando passava pela Av. Marechal Floriano. Na frente, a Bandeira Nacional, que o Governo de S. Catarina pretende arrancar das mãos dos autênticos brasileiros, para privilegiar a Igreja Romana, mentirosa, caluniadora, culpada do atraso em que vive o povo brasileiro, e traidora da Pátria, pelo seu exército internacional, infelizmente, composto de brasileiros indignos.

permaneceu apenas três dias na cidade santa e dirigiu-se rapidamente à Toscana, e daí pra o ducado de Parma, onde quarenta mil confederados se tinham reunido para lhe disputar a passagem.

Pelo seu lado, Alexandre entrara outra vez em Roma, logo que tivera conhecimento da partida de Carlos; e como se julgava assaz poderoso, graças aos seus aliados, para lhe ditar leis, enviou embaixadores encarregados de lhe significarem que as convenções precedentemente aceitas por ele, estavam anuladas, como tendo sido impostas pela força, que além disso, ordenava-lhe que saísse, imediatamente, da Itália com todas as suas tropas, e retirasse as guarnições que deixara nas praças de Pouille e da Calábria, sob pena de ser intimado para comparecer na presença da justiça pontifical para ouvir a sua excomunhão, interdição e deposição. Os comissários do pontífice alcançaram Carlos VIII em Turim no mesmo dia da vitória de Fernoue, em que dez mil franceses tinham derrotado um exército de quarenta mil homens.

O príncipe estava ainda todo coberto de sangue e de poeira, quando os legados o vieram intimar para que fosse a Roma dar contas do seu procedimento ao soberano pontífice. Era acrescentar o sarcasmo a uma odiosa perfídia. "Acederei ao convite do santo padre, respondeu Carlos VIII aos deputados e espero que ele se dignará esperar-me, a fim de que lhe possa beijar os pés, honra de que fui privado na minha última passagem por Roma".

Esta réplica do monarca fez compreender aos embaixadores que lhes não restava senão partir o mais depressa possível, si não queriam correr o risco de serem tratados como inimigos. Apesar da sua vitória, Carlos foi obrigado a entrar em França, e o reino de Nápoles voltou para a denominação de Fernando II, em menos tempo do que aquele que fôra necessário aos franceses para o conquistar.

Alexandre, livre do seu poderoso inimigo, voltou todos os seus pensamentos para a realização dos seus projetos de elevação para a sua família, e em-

pregou sucessivamente a traição, a simonia, o roubo e os assassinatos, que formam de ordinário o cortejo dos papas e dos reis. Em primeiro lugar, sob pretexto de que os barões romanos tinham traído os seus juramentos de fidelidade submetendo-se aos franceses, o papa declarou-os destituídos de toda a autoridade, e encarregou o duque da Cândia, que fôra nomeado general da Igreja Romana, de os atacar, um após outro, nas suas fortalezas e apoderar-se dos seus domínios; a maior parte deles, vendo a inutilidade da resistência, entregaram-se e foram covardemente apunhalados: os Orsinis foram os únicos que recusaram obedecer, e disputaram palmo a palmo a Romagna.

S. Santidade tratou de reparar ao mesmo tempo o mau estado das suas finanças, e procedeu com o seu segundo filho o cardinal César, de um modo que fez vêr quanto era grande o gênio dos Borgia, pois que acabavam de exceder os predecessores de Alexandre, inventando um novo meio de encher os tesouros do Vaticano. Publicaram uma lei que tornava a S. Sé herdeira dos membros do sacro collegio; depois venderam o cardinalato aos cidadãos romanos mais ricos, e envenenaram-nos para hordarem deles. Além disso, Alexandre fez um comércio em grande escala de crucifixos, relíquias e indulgências, que lhe produziu somas consideráveis, e fez vender, igualmente, pelo dotário João Batista Ferrera, cardinal de Modena, as dignidades, os cargos e os benefícios eclesiásticos, sem se inquietar que estivessem vagos ou ocupados por titulares; unicamente, neste último caso, o veneno ou o punhal faziam justiça do prelado que recusava dar o seu lugar àquele que o comprara. Por seu turno João Batista Ferrera, o ministro de iniquidades, o instrumento do despotismo pontifical, recebeu o castigo dos seus crimes e foi envenenado por César Borgia, que cobijava as imensas riquezas que ele amontoava no exercício do seu cargo.

Enquanto que S. Santidade e seu filho faziam ou desfaziam cardiais, segundo a urgência da sua

política ou dos seus interesses, o duque da Cândia continuava guerreando contra os Orsinis na Romagna, arrasando os castelos, destruindo as fortalezas, saqueando as cidades e forçando os povos a submeterem-se à S. Sé. Contudo as suas atrocidades acabaram por exasperar os povos, os cidadãos armaram-se e elle viu-se obrigado a retirar.

Alexandre chamou, então em seu auxilio Gonzalo de Cordoba, que se achava na Itália com um exercito formidável para fazer a conquista do reino de Nápoles; mas em vez de combater os Orsinis; o general espanhol tratou com elle e obrigou o santo padre a ratificar os seus compromissos. Para se vingar do que elle chamava uma traição, o papa quis desfazer-se de Gonzalo de Cordoba, e encarregou-o de expulsar os franceses d'Ostia, na esperança da que encontraria ali a morte. E, com effeito, o inimigo estava tão fortemente entrincheirado naquelle posição que parecia impossível que o pudessem repelir; contudo, em menos de um mês, depois de esforços inacreditáveis e de prodigios de valor, os espanhóis tornaram-se senhores d'Ostia e Gonzalo voltou a Roma para pedir ao santo padre que lhe permitisse terminar a guerra de Nápoles, e cumprir a vontade do rei Fernando o Católico. Alexandre que não podia perdoar-lhe a nova glória que acabava de adquirir, recusou-lhe o pedido e rompeu em injúrias grosseiras contra Fernando e Isabel, que pretendia serem-lhe devedores de somas consideráveis que elle lhes emprestara para levarem a bom fim as suas conspirações contra o defuncto rei de Castela. "Assim, pois, papa de Satanaz, replicou Gonzalo, recusas obedecer a soberanos de quem eras súbdito antes que occupasses o trono pontifical pela sua proteção? Tremo, velho insensato, não tirem elles uma grande vingança da tua insolência!" Dizendo isto, o general espanhol saiu bruscamente da sala da audiência, reuniu-se ao seu exercito e marchou sobre Nápoles.

Pouco tempo depois, recebeu-se em Roma a noticia da inteira expulsão dos franceses da Itália e da morte do rei Fernando. Por esse acontecimento, a corôa de Nápoles pertencia de direito ao tio do príncipe chamado Frederico, que se apressou em enviar embaixadores à corte de Roma para solicitar a investidura do reino. Antes de decidir a questão relativa a essa corôa, o pontífice que tinha sempre em vista a elevação da sua família, exigiu que o consistório publicasse um decreto que investia o duque de Cândia no principado de Benevente e lhe dava a posse de um tributo de trezentos mil escudos de ouro que os reis da Castela e de Portugal pagavam todos os anos à S. Sé. Garcia-Las, embaixador de Espanha, opôs-se energicamente a essa medida, e protestou, em nome do Fernando e de Isabel, contra as invasões do pontífice; e o que mais surpreendeu os cardiaes, foi verem as reclamações do espanhol apoiadas pelo cardinal Valentino. Apesar dos esforços reunidos de Garcia-Las e de César Borgia, o decreto passou, e Francisco, filho mais velho do papa, obteve o principado de Benevento com os condados de Terracina e de Ponte Corvo.

Por essa ocasião, o duque de Cândia veio a Roma para receber a investidura dos seus novos estados, e fez a sua entrada na cidade santa, montado num magnifico corcel todo deslumbrante de ouro e pedrarias, e cercado de uma escolta de senhoras, de barões e de príncipes, como si fosse o imperador ou o papa. Todas estas honras despertaram o furor invejoso de César Borgia, e tendo Lucrécia cometido a imprudência de prodigalizar as suas caricias in-

cestuosas a Francisco, sem parecer dar atenção ao seu outro irmão, a morte do novo príncipe de Benevente foi resolvida; uma noite, à saída de uma ceia na casa de Rosa Vanozza, foi atacado por quatro homens mascarados, que o apunhalaram e deitaram o seu cadáver no Tibre.

Logo no dia seguinte, o cardinal César Borgia pôs-se a caminho para Nápoles, onde tinha missão de coroar Frederico de Aragão. Esta partida precipitada e o desaparecimento de Frederico, fizeram-no acusar de fraticida. "Mas o papa procurava iludir-se, diz Burchard, e mandava-nos em procura do filho por todos os lupanares da cidade santa".

Alguns dias depois, o cadáver de Francisco foi encontrado no Tibre por uns pescadores; Alexandre julgou ao principio que os inimigos da sua familia o tinham assassinado e não sabendo a quem attribuir o crime, fez aplicar a tortura a muitos dos notáveis de Roma, escolhidos ao acaso, e só cessou as perseguições depois de ter adquirido a certeza de que o crime fora perpetrado pelo seu filho estremeado. "Então, diz Burchard, enxugou as lágrimas, e consolou-se nos braços da senhora Lucrecia, uma das causadoras do assassinio".

Quando César Borgia supôs que não se pensava mais em Roma no assassinato do duque de Cândia, voltou de Nápoles e apresentou-se a S. Santidade, como si durante a sua ausência se não tivesse passado nada de extraordinário. Alexandre recebeu-o com as mesmas demonstrações de ternura que antes e a pedido seu consentiu em desligá-lo dos votos eclesiasticos, para que pudesse abraçar uma carreira mais conforme aos seus gostos e aos seus hábitos. Assim César Borgia, pela autoridade do papa, achou-se herdeiro dos títulos e principados que havia tanto tempo invejava a seu irmão, e de cardinal transformou-se em capitão de guerra.

Para celebrar a sua reconciliação com o pai. César quis proporcionar-lhe a diversão de uma caçada, e partiram ambos para Ostia, acompanhados, segundo o seu costume, de um grande numero de cortezãos, de prostitutas, de favoritos e de façantes, e escoltados por quinhentos cavaleiros e seiscentos infantes, que os punham ao abrigo de qualquer surpresa. "Passaram quatro dias inteiro, diz Thomaso Thomasi, na floresta d'Ostia, sentindo prazér em deboches e em luxuria tudo quanto pode inventar a imaginação mais depravada; depois do que voltaram para essa Roma, da qual haviam feito uma caverna de bandidos, um santuário de iniquidades. Seria impossível, acrescenta o historiador, narrar todos os assassinatos, estupro e incestos que se cometiam todos os dias na corte do papa, e talvez que não chegasse a vida de um homem para transcrever os nomes das vítimas apunhaladas, envenenadas ou lançadas vivas no Tibre".

No meio de todas estas abominações, os cardiaes prostravam-se na presença de Alexandre VI, e aplaudiam os incestos do pai e dos filhos; mas o que atingia o cúmulo da degradação nessa corte, em que cada prelado disputava o prêmio da infâmia, era o concerto de louvores e de lisonjas com que elles acolhiam a chegada de César, quando este se apresentava no consistório. Verdade é que o terror que esse monstro inspirava tinha grande parte nas demonstrações da submissão que lhe prodigalizavam, porque todos sabiam que César Borgia, tanto por avareza, como por crueldade, pensava sempre em decapar cabeças.

(Continua no n.º 11 de "Luta!")

Lições ao Heyder

Escreve: † Carlos Duarte Costa
Bispo do Rio de Janeiro

Leis da Produção

CAPÍTULO I

Produção

O significado da palavra *produção* é ação de produzir, ou coisa produzida, ou *trabalhar*.

A Economia Política emprega este termo *produção* para significar tudo o que o homem com seu trabalho transforma o criado pela natureza, que a Economia Política denomina *Terra*. O homem não tem poder para criar, no verdadeiro sentido do vocábulo; mas, sim, para produzir, transformar, alterando o que existe, mudando-lhe a forma, a cor e o lugar.

A *produção da riqueza* é o objeto primário da Economia Política; este termo se refere ao esforço ou trabalho do homem, ocupado na *produção da riqueza*, para *satisfazer desejos*. Há na cooperação do trabalho certas *produções de riqueza* que não se materializam, tais como o trabalho do médico, músicos, pesquisadores, amas de leite, sacerdotes, etc., etc. Estes produtores de riqueza, que não aparece, são considerados de alto valor na civilização, pois contribuem grandemente na satisfação dos desejos humanos.

Correspondem à *produção* o comércio e o transporte, fatores do trabalho, que aumentam a *produção de riqueza*.

Toda a *produção de riqueza*, quando materializada, tem *valor de produção*.

CAPÍTULO II

Os três modos de produção

Toda *produção* deriva do esforço humano, trabalho, aplicado à natureza: *terra*. A vontade do homem, por meio da inteligência, adapta a matéria, transformando-a, mudando-a em formas distintas. A Economia Política divide o trabalho do homem em *três modos de produção*, que são:

- 1.º — Adaptando.
- 2.º — Criando.
- 3.º — Permutando.

Estes *três modos de produção* se apresentam na sociedade humana, à medida do avanço do progresso e da civilização.

CAPÍTULO III

Primeiro modo: Adaptando

No primeiro modo, adaptando, no começo, quando ainda o conjunto de seres humanos não é nem sequer tribo, a primeira família do mundo, de um continente, de uma civilização ou nação, ou país, o homem satisfaz seus desejos aproveitando tudo o que a natureza lhe dá, com grande liberalidade, vivendo dos frutos que recolhe, da casa, da pesca; não trabalha; não produz *riqueza*, nem lhe faz falta. Mas, à medida que aumentam as famílias, vai se formando a tribo e ele se vê na necessidade de ampliar suas condições naturais, não somente na

parte física e dinâmica que ele possui, senão do que mais importante, nêle existe, a inteligência, que o coloca em condições de superioridade em relação aos outros animais, os quais agem por instinto. O homem começa a *produção de riqueza*, adaptando os elementos que encontra na natureza às suas necessidades e às dos seus semelhantes, que vivem em sociedade.

Ao modo *adaptando* corresponde a transformação de tudo que o homem recebe da natureza e amolda à satisfação de seus desejos.

Também corresponde ao modo *adaptando*, o transporte do que o homem com seu trabalho transporta de um lado para o outro, aumentando a *produção de riqueza*.

CAPÍTULO IV

Segundo modo: Criando

O *segundo modo, criando*, começa quando o homem vive em sociedade, com a procura de frutos, em maior quantidade do que se pode obter sem nenhum trabalho forçado pela natureza. O homem com o seu trabalho e sua capacidade aumenta o cultivo da terra e a criação de animais de todas as espécies, de acordo com a procura que o aumento da população exige, fazendo crescer, por conseguinte, a *produção de riqueza*.

O crescimento da população, que significa progresso, é o que impõe o *terceiro modo: permutando*.

CAPÍTULO V

Terceiro modo: Permutando

O progresso que significa aumento de população, maiores conhecimentos nas ciências e nas artes, dando margem ao aproveitamento de coisas que o homem executa com o seu trabalho, estudando e realizando o que mais satisfaz aos seus desejos e ampliando suas possibilidades, impõe o terceiro modo de produção: *permutando ou comerciando*.

A *permuta da produção da riqueza*, que é o comércio, é a característica mais palpável de uma civilização.

O comércio é, realmente, o câmbio, e a Economia Política o coloca em *terceiro modo da produção*. Não é, como se supõe, que pertença à *distribuição da riqueza*, mas, sim, pelo contrário, à *produção*.

CAPÍTULO VI

Produção e Subsistência — Espaço e Tempo

Nos *três modos de produção: adaptando, criando e permutando*, vemos como, à medida que a sociedade avança e sente maiores necessidades, de acordo com o seu progresso, se desenvolvem as ciências e as artes.

O elemento constante da *produção*, de acordo com o exposto, impossibilita, ao ser humano, lhe falte o necessário para a sua subsistência.

impossível, si os indivíduos trabalhassem isoladamente.

CAPÍTULO IX

Divisão do trabalho espontâneo

Pelo meio chamado: *Divisão do trabalho espontâneo*, a *cooperação* se efetua obtendo do indivíduo uma *produção* maior, em separado, o que em conjunto não poderia se realizar; o transporte de uma pequena carga, à curta distância, fazê-la em um pequeno veículo, em lugar de em estrada de ferro.

Na *cooperação* pela *divisão do trabalho espontâneo*, o indivíduo se dedica ao trabalho pelo qual sinta inclinação, aumentando a perícia e aproveitando todas suas qualidades particulares.

Nesta *divisão do trabalho* é onde se efetuam grandes sortimentos para serem abastecidas as cidades.

Seus produtos *cooperam*, ignorando como serão empregados esses produtos.

Os artigos gastos numa construção, numa estrada de ferro, etc., são subministrados pela *cooperação da divisão do trabalho espontâneo*.

Tudo o que usamos em nossa vida: alimentos, vestidos, calçados, habitação, etc. etc., não é tudo produzido pela mesma pessoa, mas produzido em separado, de acordo com o ramo de cada produto, restando tudo para a colividade, feita a distribuição, segundo a necessidade de cada um; uns dedicam-se à construção, outros às manufaturas, outros ao cultivo, etc. etc. Em resumo: todos *cooperam*. Um para todos e todos para um.

Esta forma de *cooperação: divisão do trabalho espontâneo*, não pode, de forma alguma, submeter-se ao controle ou ordem de uma ou várias pessoas, como sucede com a *multiplicação do trabalho dirigido*. Fazê-lo seria e, de fato, é dificultar a livre *cooperação*, que nasce entre os seres humanos, que se agrupam para viverem em sociedade. Submeter toda a *produção de riqueza*, debaixo do controle das autoridades que governam um país, é limitar a maior condição do ser humano: o raciocínio, a inteligência, o espírito, a vontade da força, da prepotência, do despotismo daqueles que galgam o poder e governam os povos.

CAPÍTULO X

Resumo da cooperação

Analisando as vantagens que traz à sociedade a *cooperação*, verificamos o seguinte:

A) — Pela *multiplicação do trabalho dirigido*: Um conjunto de pessoas realizam trabalhos que, isoladamente, lhes seria impossível, e executam essa *produção* debaixo de uma direção ou mando.

B) — Pela *divisão do trabalho espontâneo*: O indivíduo emprega seu trabalho espontâneo e convenientemente para uma maior *produção*, de acordo com a sua perícia e atividade, dividindo o trabalho como melhor convém à *produção*.

1.º — Economizando tempo e esforço, como o transporte de 10.000 toneladas num só navio, em lugar de 10.000 navios de uma tonelada.

2.º — Aproveitam-se as qualidades naturais de cada indivíduo, sejam físicas ou intelectuais, para que, livremente, se dedique ao que mais lhe apraz, elevando-se pelas suas próprias qualidades ou pelas que lhe fornece a sociedade, em caso de deficiência própria.

3.º — Aumento da perícia, de cada indivíduo, dedicando-se este, por inclinação, ao trabalho que mais lhe agrada.

4.º — Desenvolve, amplamente, os conhecimentos científicos, artísticos e culturais, que tornam o indivíduo mais apto ao incremento do conjunto social.

5.º — Utiliza as vantagens de fazer as coisas em grande escala e sucessivamente.

6.º — Aproveita as forças naturais, propaga os inventos da maquinaria e leva a produção, satisfazendo seus desejos.

7.º — Obriga o comércio (comércio) a estender-se por todas as partes do mundo, unindo os povos, para incrementar, constantemente, o progresso da civilização.

CAPÍTULO XI

Lei da concorrência

“A concorrência dos homens com seus semelhantes na *produção da riqueza*, tem sua origem no estímulo de satisfazer seus desejos com o menor dispêndio de energia”.

A capacidade de produzir torna o homem *concorrente*, e a *lei de renda*, obriga o homem a ser *concorrente*; isto está na natureza do homem.

Crer que a *concorrência* é má e precisa ser abolida, é como querer abolir o fogo, porque incendiou uma casa.

É a *concorrência*, entre os indivíduos, que dá valor às coisas *produzidas* pelo trabalho.

Quando o produtor é *concorrente*, não teme a *concorrência* dos demais, não necessita *proteção*, nem *privilégios*; é suficiente sua capacidade *produtiva concorrente*.

Uma humanidade *concorrente*, que classe da *concorrência* pode temer?

CAPÍTULO XII

Os três fatores da produção

É comum, entre os economistas, estes *três fatores da produção: terra, trabalho e capital*.

“O mundo, considerado pela Economia Política, deve começar pelo fator *terra*. A razão nos diz que a *terra*, com todas as suas faculdades e suas potencialidades, incluindo toda a vida vegetal e animal, existia antes que o homem fosse, e teve que existir antes que pudera ser. Mas existia “sem forma ou vazia” ou já, animada com as mais baixas formas da vida, enquanto não houvesse no mundo senão o elemento econômico *terra* não podia haver *produção* no sentido econômico, e não havia *riqueza*”.

“Quando o homem apareceu e o elemento econômico *trabalho* foi acrescentado ao elemento econômico *terra*, houve começo da *produção* e do seu produto resultou a *riqueza*. Mas adiante verificou-se o maior poder que podia alcançar empregando a *riqueza* com a ajuda do *trabalho*, e apareceu o *terceiro fator da produção capital*”, que é um subterno da *riqueza*.

“A *terra* e o *trabalho*, são fatores originais e necessários; nada pode se resolver um sem o outro e são, ambos, indispensáveis para a *produção*, em todas suas formas. Mas o *capital* é um composto ou fator derivado, resultante da união dos dois fatores originais: *terra e trabalho*”.

É preciso se ter em conta que *terra e trabalho* são os fatores primários na *produção da riqueza*, para não se incorrer no erro de se acreditar que o *capital* é o principal

"O trabalho", de fato, é unicamente físico em sua forma externa. Na sua origem é mental, na sua análise é estritamente *espiritual*. É verdadeiramente o ponto, no qual ou pelo qual, ou por meio do qual, o elemento *espiritual*, que reside no homem, o eu ou essência, começa a exercer sua intervenção sobre a matéria e o movimento, e a modificar o mundo material de conformidade com os seus *desejos*.

Não pode ficar sem satisfazer o *desejo*, quando depende do *trabalho* sua realização. O *trabalho* abunda em tôdas as partes. A desocupação involuntária é devida à negação dos direitos naturais que tem o homem para ocupar, com seu *trabalho*, livremente, em sua fonte primordial, a *terra*. Por isso, já se disse, com razão: "A legislação científica da *terra* constitui a base fundamental, por excelência, que determina, definitivamente, a condição social, política e, por conseguinte, intelectual e moral de um povo".

A chamada luta entre o "capital e o trabalho" não passa de um erro de compreensão, porque não se quer ver que a luta é entre o *trabalho* junto com o *capital*, contra o inimigo invisível, que se esconde no *privilégio da propriedade privada da terra*.

O *capital* é um produto do *trabalho*, ambos devem marchar juntos. Tanto é assim, que si o *trabalho* abandona o *capital*, o *capital* se inutiliza e perece. Sempre é o *trabalho* que se interessa pelo *capital*.

Não é o *capital* que sustenta o *trabalho*, mas, pelo contrário, é o *trabalho* que sustenta o *capital*.

O *trabalho* não é uma coisa que repugna ao homem; o ser humano não nasce para viver ocioso. O que prejudica o homem é o esforço inútil: trabalhar sem poder satisfazer seus *desejos*.

Trabalho é o fator ativo humano, que emprega no fator passivo *terra* para *produção de riqueza*.

A remuneração, dada ao fator *trabalho*, na Economia Política, é o que se chama *salário*, e este obedece a uma lei natural.

CAPÍTULO XVI

Lei do salário

Na economia Política, a palavra *salário* significa a compensação do esforço realizado no *trabalho*, de qualquer forma que seja: manual ou intelectual.

Salário é o que recebe, desde o primeiro mandatário de uma Nação, até o mais humilde empregado. *Salário* são os honorários que recebem os profissionais pelo seu *trabalho*. *Salário* é o que recebe um artista, ao vender sua obra. Claro está, ser necessário descontar o custo do material empregado.

Parte das utilidades obtidas por uma patente de invenção e de registro de propriedade intelectual, é o *salário* dos seus autores.

Há certos *salários* elevados, que se chamam de superintendência. São os que recebem pessoas, verdadeiramente, *competentes* nos seus *trabalhos*.

A palavra *salário* não determina uma quantidade, mas, sim, relação. Todos os termos que se empregam, em Economia Política, são palavras abstratas: *salário*, *riqueza*, *renda*, *juro*, etc. etc.

Não há uma taxa comum do *salário*, nem pode havê-la. Os *salários* são a retribuição recebida pelo *trabalho*, e variam com a diferença das faculdades individuais e conforme a *lei da concorrência*, que eleva o *concorrente*. Há certa relação entre todos os *salários*, que nos faz dizer que os *salários* sobem ou baixam, e esta relação obedece a uma lei natural.

Esta é a *lei do salário*: Sendo livre o acesso à *terra*, todo o produto do *trabalho* aplicado nessa *terra livre*, será o *salário* do trabalhador, e este não aceitará trabalhar para outro, por menos do que obtenha nessa *terra livre*, sendo patrão de si mesmo.

O comerciante, industrial ou agricultor, si são empregados, recebem *salário* pelo seu *trabalho*; si são patrões, nos lucros alcançados, uma parte corresponde ao *salário*, outra corresponde ao *juro do capital* invertido, e si são proprietários da *terra*, a outra parte corresponde à *renda*.

O pagamento de *salário* implica sempre rendimento de *trabalho*. Os *salários* não saem do *capital*, mas são produzidos pelo próprio *trabalho*.

Os *salários* não são fixados pelos trabalhadores, que para satisfazer seus *desejos* pediriam o maior possível; nem são fixados pelos patrões, que dariam o menor possível. Os *salários* dependem de que haja *terra livre* ou de fácil acesso, para que o *trabalho* possa ocupar-se de si mesmo.

Com as leis humanas, por forte que seja um governo, não poderá ter operários capazes, com *salários* de escravos, si a *terra* é *livre*. Nem os operários, por fortes e unidos que sejam, poderão elevar seus *salários* a custa do *capital*. Para uma solução, é necessário que se recorra à ciência, elevando os *salários* a custa da *renda* de especulação.

O *salário* é, primordialmente, um problema de *distribuição*, porque tudo o que afeta à *produção*, é porque se afetou à *distribuição*. Não é que se malogre a *produção* já feita, senão a que está em processo de *produzir-se*, e a que vai se *produzir*.

Os três fatores da *produção da riqueza* são: *terra*, *trabalho* e *capital*, e a *distribuição* se efetua entre estes três fatores: à *terra* em forma de *renda*, ao *trabalho* em forma de *salário*, e ao *capital* em forma de *juro*.

O efeito imediato da redução dos *salários*, em geral, em qualquer parte, é alterar a *distribuição da riqueza*.

Esta *lei do salário* é de grande importância; por ela, a Economia Política obtém todo o seu caráter de ciência, dando impulso definitivo ao progresso da civilização.

CAPÍTULO XVII

Terceiro fator da produção — Capital

A palavra *Capital* tem na Economia Política, uma definição especial e não concorda, em absoluto, com as atribuições indicadas nos dicionários e enciclopédias.

Os primeiros fatores da *produção* são: *terra* e *trabalho*; da sua união surge a *produção de riqueza*; a parte desta *riqueza* que não se gasta de imediato e que é posta ao serviço do *trabalho*, para que este possa obter maiores vantagens na *produção de riqueza*, em Economia Política, é o que se chama *Capital*.

O *capital* é um subtermo de *riqueza*. Todo *capital* é *riqueza*; mas toda *riqueza* não é *capital*.

O *capital* é o *terceiro fator da produção*; pode-se produzir *riqueza* sem *capital*, e tem que ser assim, de vez que o *capital* é um derivado do *trabalho* aplicado à natureza *terra*, que com ele *produz riqueza*, e aquela parte desta *riqueza* empregada para uma maior *produção* é o *capital*.

Nos três modos de *produção*, no primeiro modo: *adaptando*, no começo, quando o homem vive só com sua família ou o número destas é reduzido, não faz falta o *capital*: vivem do que a natureza lhes dá em abundância; mas à medida que vai aumentando o conjunto social, o homem se vê obrigado a uma maior *produção* e começa o *segundo modo da produção*: *criando*. Então surge o *capital*. Essas culturas, essas propriedades, etc. adquiridas pelo seu *trabalho*, a fim de obter outras vantagens, são o *capital*. Pode o homem semear com as suas mãos; não usa *capital*; mas si o faz com um pau, no qual fez uma ponta, este pau é tão *capital* como a enxada, o arado ou o trator de dez ou vinte discos. E

NATAL

À minha querida Eulália

A terra tem valor de obrigação; não pode ser tida como capital ou como juro; a ela corresponde a renda.

Entre os valores de obrigação figuram o dinheiro, as dívidas públicas, ações de Sociedades Anônimas e outros papéis análogos, que recebem juro que não lhes são devidos, por serem emitidos em quantidade maior do capital realmente invertido. O juro é devido pelas importâncias gastas em estradas, pontes, estradas de ferro, edifícios, fábricas, maquinarias, mercadorias, etc., etc., enfim, em tudo aquilo que se reconhece como capital; mas aquelas enormes somas de papéis com valor de obrigação, invertidas, pelos governos, em canhões, militarismo, guerras burocracias, etc., etc., não tem direito a juro. O mesmo diga-se das empresas particulares, que emitem ações em quantidade superior três, quatro e mais vezes, do capital invertido, essa sobra de papéis não tem direito a juro.

Tão pouco tem direito a juro a ganância, por especulação, da Bolsa, relhas e outros jogos, como, também, as operações de câmbio de dinheiro, elevação de preços artificiais, seja por proteção alfandegaria, altas concessões e outros impostos criados pelos privilégios, e, também, não tem direito a juro os lucros ilícitos de empresas trustificadas e de açambarcadores, de contrabandos e outras empresas, embora amparadas por leis humanas.

A ciência da Economia Política não entende de ética, nem de moral, mas tem visão clara das coisas e princípios bem definidos.

CAPÍTULO XIX

Resumo dos três fatores da produção

Com o estudo das três grandes leis da produção: terra, trabalho e capital, verificamos que são, também, três as grandes leis da distribuição: ao fator terra corresponde renda, ao fator trabalho, o salário e ao terceiro fator, capital, o juro. Estas leis naturais dão, à Economia Política, o verdadeiro caráter de ciência, ciência que tudo domina, permanecendo tão ligado à inteligência humana, como a atração é inseparável da matéria e sem a qual, é impossível se prever ou calcular qualquer ação humana, por trivial ou importante que seja. Esta lei fundamental é que o homem procura satisfazer seus desejos com o menor esforço. Isto fica comprovado quando se considera o primeiro fator da produção na distribuição, na lei da renda com relação ao segundo fator trabalho, na lei do salário, e relacionado ao terceiro fator trabalho, na lei do salário, e relacionado ao terceiro fator capital, na lei do juro. Postos em forma algébrica estes fatores temos: Porto que:

$$\text{Produto} = \text{Renda} + \text{Salário} + \text{Juro}$$

Resulta:

$$\text{Produto} - \text{Renda} = \text{Salário} + \text{Juro}$$

A harmonia e correlação destas leis se enunciam das seguintes formas:

A renda depende do limite da cultura, subindo quando este baixa e abaixando quando ele sobe.

O salário depende do limite da cultura, baixando quando este baixa e subindo quando ele sobe.

O juro depende do limite da cultura, baixando quando este baixa e subindo quando ele sobe.

O juro, achando-se fixada sua relação com o salário pelo produto neto de incremento que está unido ao capital, depende do limite de cultura, baixando quando este baixa e subindo quando ele sobe.

Interpretar, devidamente, estes enunciados, equivale a ficar senhor das bases da Economia Política, dando-lhe o caráter de uma verdadeira ciência. E só, então, poderá o homem ver com clareza a causa fundamental de todos os erros cometidos na vida social humana.

Não foi num berço de ouro que Maria acalentou seu filho pequenino; foi, recorda este exemplo peregrino, na manjedoura de uma estribaria!...

Não foi, também, na pompa, na ufania do palácio ou do templo mais divino que, cumprindo Jesus o seu destino, encontrou a dileta companhia!...

O humilde nazareno, o operário que atingiu o fastígio do Calvário, e foi o Redentor da Humanidade!...

O amor de Deus, o amor do semelhante pregou, diz o Evangelho, a cada instante, exaltando o perdão e a caridade!...

Domingos Magarinos



VISÃO

Daniel Hebron

“Vi a mulher embriagada com o sangue dos Santos e com o sangue dos mártires de Jesus”

Apocal. 17-6.

Vejo-te, ó grande Meretriz! cançada de dezenove séculos de orgias, enquanto tens aos pés, ó degradada! os que soluçam tendo as mãos vazias!

Ouço os lamentos e aflitivos gritos das vítimas de tuas maldições, dos que fizeste mártires, proscritos, com tuas negras abominações.

Escuto o pranto dos que sucumbiram nas fogueiras, nas rodas de suplicios, dos que tombaram, entre os que fugiram, temendo o fogo de teus sacrifícios!

Vejo a figura atarradora e imensa de teu império amordaçando o mundo, enquanto matas a genuína crença, bebendo a taça de teu vinho imundo!

À tua sombra eu vejo que agonizam milhões de seres tristes, conturbados, mas que te adoram e te divinizam, embrutecidos e fanatizados!

As tuas leis são trágicos decretos que inspiram medo e horror a quem odeias; e os teus dogmas são códigos secretos contra a razão que negas e falseias.

Sómente Deus, na sua onipotência, permitirá que, um dia, a humanidade possa falar com plena independência, sem o pavor de tua autoridade.

Sómente DEUS fará que o mundo veja o sangue e os crimes que te alimentaram; plantando em cada lar a sua Igreja, sem os espinhos que de ti brotaram.

São Lourenço — 948

com a lei, paripassu. Mas já que os Ministros, surgestionados naturalmente pela grandeza do Vaticano, se apegaram ao pretexto das "mesmas vestes, insígnias, etc. do Culto Romano", para deduzirem daí a confusão e perturbação pública, penso não será difícil a V. Ex. idear vestes, paramentos e insígnias completamente diferentes (exceto a cruz de adoção universal, e entrar de novo com passo ainda mais firme no campo da luta pelo bem do povo.

.....
 Em 23 de Novembro de 1949, Dom Carlos respondeu: "Atenciosas saudações. Foi com menso prazer que recebi sua carta, manifestando sua repulsa pelo julgamento iníquo do Mandado de Segurança requerido, por mim, quando o Ministro da Justiça, colocado nessa pasta, pelo General do Exército e Presidente da República, a fim de entregar a nossa Pátria, áqueles que, no período da guerra, davam sinais aos nossos inimigos, para que fossem afundados os nossos navios, esses Cardeais, esses Bispos, esses Padres, essas Irmãs, esses Congregados Marianos, essas Filhas de Maria, enfim, essa Ação Católica Romana, composta de hipócritas e fariseus que têm o Cristo na boca e o coração cheio de ódio, punha em frente da sossa humilde Igreja da Penha, tanques e rádio patrulha, com asqueroso desrespeito às crianças, em procissão, acompanhadas de seus pais, para cumprir seus votos aos gloriosos martires Cosme e Damião. Si esses dois homens não são perdidos, a perfeitia não existe. Não posso deixar de vergastá-los tendo presente Cristo expulsando os vendilhões do Templo. Aqueles eram vendilhões; esses, assassinos! O Brasil sabe julgar muito bem o que se passou no Supremo Tribunal Federal, no dia 17 de Novembro, sendo um dos juizes o Ministro Barros Barreto, Presidente do Tribunal de Segurança, que não condenou nenhum Pátria. Que valor tem esse julgamento, perante a opinião pública do Brasil e da Humanidade? Nem os bugres tem tribunal igual a esse! A Igreja Brasileira, meu bom amigo, continuará sua missão de redenção da Pátria, em Cristo, até a expulsão do território nacional do último espião do Vaticano. Pensa o atual Governo da República que os brasileiros não estão enxergando que esse General do Exército, que indignamente veste farda e ocupa o



A senhorita Thereza Bernardo Nogueira filha dileta de nosso colega Antenor Bernardo Nogueira e D^a Honorina Alves Nogueira, que no dia 5 de setembro último, na Igreja de N. S. Menina, contraiu matrimônio com o Sr. Archias Silva de Souza, filho do Sr. João Raul de Souza, e D^a Alzira Silva de Souza. Foram padrinhos Sr. Jayme Paiva e senhora, sendo celebrante, Dom Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro, da ICAB.

alto cargo de primeiro magistrado da Nação, querer dar um golpe de Estado, a fim de pôr o Brasil fora da legalidade democrática. Engana-se. Ele levará o país a uma guerra civil. Quem não enxerga que atrás das cortinas dessa política sórdida do atual Governo, está o Vaticano, preparando golpes militares, em todos os países, onde tem representação? Chegou, meu caro amigo, o tempo de todos os brasileiros dignos lutarem peito a peito, na defesa da sua Pátria, para que ela não passe a vergonha de ser tida como colônia dos Imperialismos. O rito e as vestes da ICAB já estão mudados. A Igreja Brasileira poderá estar fora da Lei de Dutra, mas não fora da Constituição da República. A Lei de Dutra o Brasil inteiro conhece: É a Lei da violência, do desrespeito à Constituição. Muito grato. Pat.º at.º

mos novamente. Estamos dispostos a lutar por Cristo e pela Pátria, até o triunfo completo, que se dará, quando do Brasil for expulso o último espião do Vaticano. Estejamos unidos na prece, para que do alto nos venha vigor e fortaleza. Tudo por Cristo! Tudo pela Pátria! Pat.º at.º obr.º (a) Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro”.

A ICAB nos Centros Espiritas:

“Cabana Caboclo das Sete Flexas” — Em fins de Setembro, realizou-se uma solenidade comemorativa dos Santos Cosme e Damião, com a presença de Dom Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro, especialmente convidado pela Diretoria. Aberta a sessão, a Exma. Sra. D. Arlette Barbosa deu a palavra ao Sr. Arcelino Dantas, que, em oração cheia de entusiasmo e repassada de belas imagens, despertou na assistência os mais calorosos aplausos, finalizando com uma prece fervorosa, pedindo sobre todos chovessem as graças divinas, por intermédio do Caboclo das Sete Flexas. A seguir, Dom Carlos enalteceu a obra do Caboclo das Sete Flexas, estendendo-se em considerações várias sobre a Igreja Brasileira. Em nome da Cabana, respondeu a Dom Carlos o Dr. Eugênio de Moura, em felicíssimo, oportuno e inteligente improviso. Assim transcorreu a festa, num ambiente de agrado geral, em que a confiança na força espiritual do Caboclo das Sete Flexas, parecia encher os corações, emprestando aos semblantes uma característica toda especial de satisfação e de júbilo. Nada faltou nessa festa. O Sr. Horácio Barbsa da Silva, presidente da Cabana, e a Exma. sra. D. Arlette a todos cumularam de excepcionais gentilezas, tornando o ambiente ainda mais agradável, como se não bastasse a própria atmosfera, as flores e o perfume dos defumadores SEREJA, oferta do Sr. Rafael Molina.

“Centro Espirita Deus é o Caminho da Verdade” — No “Centro Espirita Deus é o Caminho da Verdade”, realizou-se, no dia 16 de Outubro, a festa dos S. S. Cosme e Damião, promovida pela Diretoria. Foi um espetáculo de religiosidade, que teve afluência de grande número de pessoas. Convidado, S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos compareceu, celebrando a Missa, de acordo com o Ritual Brasileiro. O Sr. Durval Caldeira, operoso presidente do Centro e grande umbandista, dando início às solenidades, convidou Dom Carlos a presidir-las, que benzeu as Imagens do Centro, antes de começar a Missa, acompanhada de cânticos. Em seguida, o Sr. Durval Caldeira, em eloquente improviso, agradeceu a presença de Dom Carlos, enaltecendo-lhe as virtudes e salientando o valor espiritual de sua grande obra: A IGREJA BRASILEIRA. Respondendo, Dom Carlos, depois de referir-se aos santos Cosme e Damião, teceu um hino de louvor ao guia espiritual, o Grande Oxossi: — O Caboclo Alvorada.

“Tenda Espirita Ceia de Jesus” — Impossibilitado de comparecer, pessoalmente, à “Tenda Espirita Ceia de Jesus, no dia da festa de S. Bárbara, Dom Carlos fez-se representar, pelo Revdo. Padre Manuel Gonçalves de Moraes, que celebrou Missa, enaltecendo, em seguida, os trabalhos da Tenda, conhecida pelas suas belas tradições de Caridade e Amor aos que buscam auxílio e conforto moral.

“Tenda Espirita Virgem da Conceição” — O Revdo. Padre Manuel Gonçalves de Moraes representou S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos nas solenidades promovidas, pelo Sr. Tomaz Eduardo de Moura, presidente da Tenda, em louvor da Virgem da Conceição, no dia 8 de Dezembro.

Igreja de S. Ana, da Penha — Com toda solenidade, foi festejado o fechamento da Igreja Brasileira, no dia 27 de Setembro, sendo celebradas 62

missas, em louvor dos gloriosos mártires Cosme e Damião. Terminadas as missas, foram feitas três distribuições de doces às crianças pobres, comparando para mais de 500 crianças.

— No dia 2 de Novembro, foi inaugurada a Capela de S. Lázaro, sendo feita a Imagem, por S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos, ofertada pelo Sr. Alfredo Lemos, entusiasta propagandista da ICAB. Celebradas as missas, em louvor de S. Lázaro, foi instalada a Associada dos Filhos de Lázaro, empossando D. Carlos a primeira Diretoria provisória, sob calorosa salva de palmas. Foi inaugurado o ambulatório para assistência aos pobres, sob os auspícios da Associação dos Filhos de Lázaro. É Diretor da Associação o Padre Manuel Gonçalves de Moraes. Em seguida, percorreu as ruas da Penha solene procissão, sendo levado em triunfo o glorioso S. Lázaro.

Igreja de N. S. das Dóres, de Ramos — A Irmandade de N. S. das Dóres promoveu grandes festas, em honra da excelsa padroeira, no dia 18 de Setembro, celebrando S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos missa campal, acolitado pelo Revdo. Sr. Vigário, Padre Sebastião da Silva Gomes. À noite, houve leilão, com grande entusiasmo do povo. Estão de parabens os Srs. Antônio de Araujo, Manuel Ramos e Mathias de Araujo, pelo brilho da festa.

Estado do Rio de Janeiro:

Igreja de S. Matheus — No dia 25 de Setembro, foi festejado o padroeiro, S. Matheus, com missa celebrada por S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos. À tarde, saiu da Igreja solene procissão, percorrendo o trajeto do costume, presidida por S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos e acompanhada por grande massa popular e banda de música. Merece louvores a Irmandade do glorioso S. Matheus.

Estado do Ceará:

Fortaleza — O Padre Raimundo Simplicio de Almeida, Pároco de S. José de Fortaleza, está em grande atividade. Formando o governo paroquial, estabeleceu, em todos os bairros de Fortaleza, sub-comissões da ICAB, com fundadas esperanças de grande movimento, em futuro próximo. O povo da capital já vai se aproximando da ICAB, mandando celebrar missas e procurando o Pároco para a administração dos sacramentos: batizados e casamentos.

Estado de S. Catarina:

Lajes — O heroico Dom Antídio José Vargas, Bispo de S. Catarina, vencidas as dificuldades com a Polícia, está em grande atividade. Criou a paróquia de Rio das Antas, onde localizou um pequeno seminário. Ambas as empresas mereceram as bênçãos divinas. A paróquia foi instalada e nomeado seu primeiro Pároco o Padre José Fonseca. Em Lajes, tiveram grande brilho as festas de S. Catarina e de N. S. dos Remédios, presididas por S. Ex. Revma. o Sr. Dom Antídio.

Estado de Minas Gerais:

S. Lourenço — Breve, S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro, irá a S. Lourenço fazer uma conferência.

Canápolis — De Canápolis recebeu o Revdo. Padre Manuel Gonçalves de Moraes a seguinte carta do Padre Antônio Cariello: “Canápolis, 17 de Novembro de 1949. Meu caro Padre Moraes. Faz em Cristo. Soube, por intermédio de uma carta do nosso querido Bispo, a mim dirigida, que V. Revma. se

(Conclui na página 18)

AVISO

Aviso aos brasileiros integrados no movimento de libertação da Pátria do jugo nefasto do Vaticano, da Igreja Católica Apostólica Brasileira, que os Padres Manuel Ceia Laranjeira, Joaquim Jacob Pinto e Belmiro de Castro Ruas, se afastaram, por si mesmos, desse movimento de regeneração cristã e patriótica, por medo da hora que atravessa a Igreja Brasileira, hora de lutas e sofrimentos, podendo suportá-los somente aqueles que vivem do ideal e para o ideal.

Esses sacerdotes já se passaram para a Igreja Católica Livre, de Dom Salomão Ferraz, a serviço do Vaticano, para perturbar o movimento libertador da nossa querida Pátria.

Para que não haja confusão, aviso a todos os brasileiros que bispos e sacerdotes da ICAB deverão apresentar Carteira de Identidade assinada, por mim, quando tiverem que funcionar como bispos e sacerdotes. Assim procedo, porque Dom Salomão Ferraz, quando lhe convem passa por bispo da ICAB e quando não lhe convem renega a ICAB. É um péssimo elemento. Andam angariando donativos, servindo-se do meu nome. Cuidado com eles!...

Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 1949

† Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro.

Bases da Igreja Brasileira

A Igreja Católica Apostólica Brasileira nasce, no Brasil, com a excomunhão de Dom Carlos Duarte Costa, Bispo de Maura, em 6 de Julho de 1945, para libertar o Brasil do Jugo nefasto do Vaticano, o maior culpado pelo afundamento dos navios brasileiros, no período da guerra nazi-fascista.

A Igreja Brasileira conserva, temporariamente, o "iluminismo", verdadeira glosa dos cristãos primitivos, como arma contra a Igreja Romana, tendo presente estes três princípios históricos: a) não mentir; b) não temer a verdade; c) não adular.

A Igreja Brasileira, como ponto de partida da fundação do Cristianismo, aceita a existência de "um grupo de pessoas que viviam, em Jerusalém, nos últimos anos do Império de Tibério" dos anos 30-37.

Estes fiéis proclamavam-se seguidores do nome e da doutrina de Jesus de Nazaré, morto em suplício, por ordem do procurador romano Pilatos, por instigação das autoridades judias.

Em número regular, estas pessoas haviam conhecido a Jesus em vida; outras sabiam que Ele tinha sido crucificado; tôdas acreditaram que Ele havia ressuscitado dos mortos, embora só uma parte delas houvesse gozado da presença de Jesus, depois de ressuscitado, nas suas aparições.

Dada a falta de luz na documentação da origem do Cristianismo, aumentada por uma erudição prejudicial, a Igreja Brasileira, impossibilitada de resolver essa deficiência, por falta absoluta de dados históricos precisos, aceita as narrações, conhecidas com o nome "Evangelhos Canônicos", susceptíveis, porém, no fundo, à severas críticas.

S. Dionísio, Bispo de Corinto, no fim de século II queixando-se da falsificação de suas cartas, declara que numerosos eram aqueles que adulteravam os "escritos do Senhor", isto é, os Evangelhos. E Celso, contemporâneo de S. Dionísio, dizia aos cristãos: "Vós contaís fábulas, não sabendo dar-lhes uma aparência de verosimilhança. Entre vós há verdadeiros ébrios, que modificaram textos dos evangelhos duas, três e quatro vezes, adaptando-os a seu bel prazer".

E, assim, a Igreja Brasileira aceita os Evangelhos, como tradições históricas em sua substância, com caráter profético-litúrgico, contendo o ritual da páscoa cristã, nos primeiros tempos.

ISAAC GARSON

ADVOGADO

Rua 1.º de Março, 35 — 1.º andar — Sala 6
das 12 às 18 horas

Tel. 23-3981

Rio de Janeiro

O QUE É A

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA?

Igreja — é uma Sociedade de Seres Humanos que se congregam para prestar ao Ser Divino suas homenagens religiosas segundo certas normas e um cerimonial preestabelecidos.

Católica — quer dizer Universal, para todos. A Igreja Brasileira:

1) **DOCTRINARIAMENTE** é católica, porque obedece à ordem emanada do Divino Mestre: — “Ide e ensinai a todos os homens a praticar tudo quanto vos prescrevi.”

2) **POLITICAMENTE** é católica, porque nenhuma distinção faz entre adeptos deste ou daquele partido, e jamais se imiscui em questões políticas.

3) **ECONOMICAMENTE** é católica, porque jamais nega auxílios religiosos a quem não possa pagar emolumentos. A Igreja Católica Brasileira não tem taxas e confia na generosidade do Povo, certa de que não hão de faltar recursos a seus sacerdotes para a manutenção do culto e suas obras. Os sacerdotes têm profissão.

4) **RELIGIOSAMENTE** é católica, porque aceita em seu grêmio cristãos de qualquer mentalidade, sem repelir os que sejam ou se digam protestantes, espíritas, maçons, católico-romanos, etc.

Apostólica — é a Igreja que tende a voltar à fé e à pratica religiosa dos tempos apostólicos. Por isso a Igreja Brasileira não tem mandamentos, nem impõe obrigação de jejuns, abstinências, assistência a officios religiosos, etc. A consciência de cada qual é o guia que, se fôr obedecido, levalo-á pelos caminhos da salvação.

Por ser Apostólica, a Igreja Brasileira não proíbe a seus Sacerdotes constituírem família. Por ser Apostólica não determina o número de vezes que um sacerdote pode oferecer e consagrar o Pão e o Vinho cada dia. Por ser Apostólica, não se sujeita à supremacia do Bispo de Roma: — supremacia que só teve início no Quarto Século da Era Cristã, por conveniências políticas do Império Romano.

Brasileira — porque o movimento renovador da Igreja começou no Brasil, sendo ela registrada conforme a Lei, a 6 de Julho de 1945.

E' BRASILEIRA porque não admite Autoridade que não seja nacional, sendo os Bispos completamente autónomos em suas Dioceses, segundo os ensinamentos e a praxe adotados pelos Apóstolos. E' BRASILEIRA porque não paga tributos a nenhum poder estrangeiro, ficando no Brasil com o fim de serem aplicadas em Obras Sociais (Escolas, Hospitais, etc.) todas as contribuições do Povo. (Sabemos que cada ano os Santuários Nacionais — Agua Suja, Aparecida do Norte, Trindade, Congonhas, Senhor do Bomfim, Bom Jesus da Lapa, etc., etc. — recebem contribuições de centenas, senão de milhares de contos. Para onde vão esses milhões de cruzeiros? A Igreja Brasileira quer applicá-los em Obras Sociais e Beneficentes para bem do Povo Brasileiro). E' BRASILEIRA porque nos atos de culto adota em seus ornamentos as gloriosas côres do Pavilhão Nacional, sendo este hasteado, sempre que possível, ao pé de seus altares. E' BRASILEIRA porque visa em primeiro lugar o aperfeiçoamento moral e intelectual do cidadão brasileiro, persuadida de que, sem instrução e educação o homem poderá ser supersticioso, não porem religioso.

Rio Verde (Goiás), 6 de Abril de 1949

Pe. Dr. Francisco Alves Corrêa